



Comissão
Europeia

VERÃO 2013 ▶ N° 46

panorama

inforegio

▶ A UE dá as boas-vindas à Croácia

O 28.º Estado-Membro

- ▶ A política de coesão ajuda a superar a crise
- ▶ Garantir que os Fundos da UE são corretamente despendidos
- ▶ Auxílio estatal e política regional

Política
Regional
e Urbana

▶ EDITORIAL 3

Comissário Johannes Hahn

▶ DESTAQUE 4-9

O PERCURSO BEM SUCEDIDO DE ADESÃO DA CROÁCIA À UE

▶ SUPERAR A CRISE COM O APOIO DA POLÍTICA DE COESÃO 10-13

▶ UMA OPINIÃO INDEPENDENTE SOBRE O PROGRESSO DA POLÍTICA DE COESÃO, 2007-2011 14-16

▶ EXEMPLOS DE PROJETOS 17-19

Exemplos de projetos da Croácia, Eslovénia e Finlândia

▶ NOTÍCIAS BREVES 20-21

▶ OPEN DAYS 2013 22-23

▶ GARANTIR QUE OS FUNDOS DA UE SÃO CORRETAMENTE DESPENDIDOS – UMA ANÁLISE AO PROCESSO DE AUDITORIA 24-29

▶ UM EXERCÍCIO DE EQUILÍBRIO – CONTROLO DO AUXÍLIO ESTATAL E POLÍTICA REGIONAL 30-31

▶ MAPAS 32-33

Taxa «NEET» – população entre os 15 e os 24 anos, em 2012
Frequência escolar – percentagem prevista de população entre os 25 e os 64 anos com educação superior, em 2020

▶ NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS 34-39

Perspetivas regionais e nacionais sobre a política de coesão

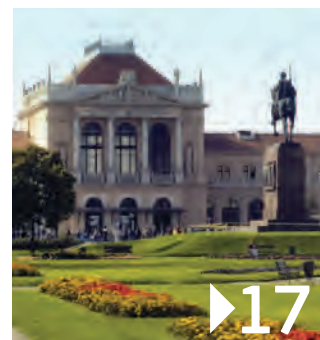
▶ AGENDA 40



▶4



▶14



▶17



▶22



▶37

Fotografias (Páginas):

Capa: Vista de Zagreb © Shutterstock
Páginas 3, 9, 21, 22, 23 e 36: © Comissão Europeia
Página 4: Split © Shutterstock
Página 6: © Ministério do Desenvolvimento Regional e Fundos da UE, República da Croácia
Página 8: Slavonski Brod © Marin Majstorović, BIOCentre © BICRO, Marasca © Universidade de Zagreb
Página 11: Hungrara © Agência de Desenvolvimento Nacional, Hungria
Página 14: Superfast Cornwall © Cornwall Council (Conselho de Cornwall)
Páginas 17 a 19: Croácia © Shutterstock, Eslovénia © Hospital Geral de Brežice, Finlândia © Rokua Geopark
Páginas 24 e 30: © Shutterstock
Página 35: Moravia-Silesia © Jiří Zerzoň
Página 36: Flandres © Governo Flamengo
Página 37: Saxónia © LIFE, Universidade de Leipzig
Página 39: Suécia © Tillväxtverket

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.

Esta revista está disponível na Internet em 22 línguas no site

http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

O conteúdo da presente edição foi concluído em junho de 2013.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2013

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.



▶ EDITORIAL

Johannes Hahn

*Membro da Comissão Europeia
responsável pela Política Regional*

A 1 de julho de 2013, daremos as boas-vindas à República da Croácia como o 28.º Estado-Membro da União Europeia. Nos últimos 12 anos, o país tem realizado um programa de reformas profundas e uma adaptação da sua legislação ao corpo legislativo da UE – o denominado acervo comunitário.

Após a adesão, os Fundos Estruturais e de Coesão da UE disponíveis para a Croácia ascenderão a 450 milhões de euros. Espera-se que este investimento represente uma grande percentagem do orçamento para o desenvolvimento do país nos próximos anos e constitua uma oportunidade importante para atender às necessidades da Croácia. Poderá contribuir para o desenvolvimento de uma economia moderna e competitiva que, por um lado, beneficie da UE e, por outro lado, seja um ativo para a UE.

Nesta edição da Panorama, poderá ver algum do trabalho já realizado com o apoio da UE.

Relatório Estratégico sobre a Implementação da Política de Coesão

A Croácia juntar-se-á aos outros 27 Estados-Membros na elaboração de relatórios sujeitos a avaliação, conforme exigido pelos novos regulamentos. Foi recentemente publicado o «Relatório Estratégico» da Comissão sobre como os Fundos Estruturais da UE têm funcionado na UE-27 no período de 2007-2013. Com base em relatórios apresentados pelos Estados-Membros no final de 2012, esta é a primeira oportunidade significativa para apresentar relatórios sobre a produção, os resultados e a contribuição das políticas para a recuperação económica da UE durante um período de programação.

O relatório fornece um resumo valioso da execução da política e mostra que estamos a prestar apoio a novas empresas inovadoras e a criar bons empregos sustentáveis para o futuro, a disponibilizar banda larga a regiões remotas, a combater a fuga de cérebros e a construir ligações de transportes vitais que contribuem para a competitividade das regiões. Também ajuda a identificar os programas e as áreas de investimento em que é necessário atuar.

O relatório demonstra ainda que a política de coesão é capaz de uma grande flexibilidade e, em tempos de crise económica, de se adaptar às novas necessidades das pessoas e respetivas comunidades.

Equipas de auditoria – os «heróis anónimos»

Garantir que os Fundos do orçamento da UE são corretamente despendidos é a função dos heróis anónimos do processo de apoio regional da UE – as equipas de auditoria da Comissão. A política de coesão representa, aproximadamente, um terço do orçamento da UE e os auditores desempenham um papel vital na supervisão de programas de despesa complexos e amplamente descentralizados.

Os auditores da UE trabalham em estreita colaboração com organismos de auditoria nacionais num sistema de «gestão partilhada». Através deste processo, o cumprimento tem melhorado ano após ano. Saiba mais acerca do seu importante trabalho no artigo da página 24.

Coletivamente, são o grupo de supervisão dos contribuintes da UE e certificam-se de que o dinheiro é gasto em conformidade com os princípios de legalidade, regularidade e boa gestão financeira.

▶ O PERCURSO BEM SUCEDIDO DE ADEÇÃO DA CROÁCIA À UE

A 1 de julho, a República da Croácia celebrou quase 20 anos de progresso económico e social desde que declarou a independência ao tornar-se o 28.º Estado-Membro da União Europeia. As negociações iniciadas em 2005 foram oficialmente concluídas em junho de 2011 ao que se seguiu a assinatura do tratado de adesão à UE em dezembro de 2011.

A cidade de Split na costa adriática da Croácia.

O processo de adesão à UE, que durou cerca de 12 anos, deu à Croácia o impulso para realizar reformas profundas e harmonizar a sua legislação com o *acervo comunitário* da UE.

«A Croácia é agora um país diferente do que era no início do processo de adesão», comentou Štefan Füle, Comissário Europeu Responsável pelo Alargamento e pela Política Europeia de Vizinhança. «Também adere à União Europeia mais bem preparada do que outros países em vias de adesão. Este é o resultado de um longo e minucioso processo e o país deve ser congratulado.» «A adesão à UE oferece oportunidades substanciais e estas oportunidades têm agora de ser utilizadas para que a participação da Croácia na UE seja um êxito e um benefício para a Croácia e para os seus habitantes, mas também em benefício dos Balcãs Ocidentais e da UE como um todo.»

Um trajeto longo e bem sucedido

O processo de integração da Croácia na União Europeia teve início com o Processo de Estabilização e de Associação da UE para os Balcãs Ocidentais lançado em 2001, seguindo-se a sua candidatura de adesão à UE em 2003. As negociações de adesão foram oficialmente iniciadas na primavera de 2005.

Apesar de as negociações terem sido atrasadas devido a um conjunto de problemas, o processo foi concluído em 2011. O Tratado entre a Croácia e os 27 Estados-Membros da UE foi assinado a 9 de dezembro de 2011.

Um referendo na Croácia realizado a 22 de janeiro de 2012 mostrou que 66% dos votantes estavam a favor da adesão à UE.

Durante o período transitório até à adesão, a Croácia teve um estatuto de observador ativo nas Instituições Europeias, para permitir que os seus dirigentes se familiarizassem com os métodos de trabalho das instituições da UE e participassem no processo de tomada de decisões.



Ser competitivo

Antes da crise financeira mundial de 2008-2009, a economia da Croácia estava a crescer a uma taxa de 4-5% anualmente e, durante este período, os rendimentos duplicaram e as oportunidades económicas e sociais melhoraram significativamente. Contudo, a crise prolongada tem posto à prova este progresso e as aspirações da Croácia, com o desemprego a subir para mais de 14% em finais de 2012. O desemprego jovem no país mantém-se elevado.

A adesão à UE oferece uma grande oportunidade para fortalecer a competitividade do país através do reforço da vantagem competitiva do país e das suas regiões e para tirar o máximo partido do mercado alargado.

Padrões da indústria e do comércio

Aproximadamente metade do comércio da Croácia é com a zona euro, principalmente com a Alemanha e Itália, e a zona euro é a fonte de, aproximadamente, três quartos do investimento estrangeiro direto (IDE) que entra no país. A Croácia também tem uma concentração elevada de bancos cuja propriedade indiretamente os expôs à crise da zona euro.

O sector industrial, que representa mais de 27% do PIB, é dominado pela construção naval, indústria alimentar, indústria farmacêutica, tecnologias da informação, produtos bioquímicos e indústria da madeira.

O sector agrícola apenas contribui para 4% do PIB, mas emprega 14% da força de trabalho. Com 42% da população do país a viver em zonas rurais, a agricultura é um importante meio de subsistência. No processo que levou à adesão à UE, o Ministério da Agricultura da Croácia tem trabalhado intensamente na harmonização e adoção de um conjunto de regulamentos na área da agricultura, segurança alimentar, políticas veterinárias e fitossanitárias e das pescas.

Redes de transportes

A Croácia situa-se ao longo de três corredores de transportes pan-europeus entre a União Europeia e a zona sudeste europeia e as autoridades croatas têm investido fortemente no desenvolvimento da rede de transportes, principalmente através de financiamento público, centrando-se sobretudo em estradas, autoestradas e portos.

O sector ferroviário da Croácia enfrenta grandes desafios e necessitará de investimentos caso se integre na rede da UE. A infraestrutura da estação de Zagreb foi objeto de um grande melhoramento com o apoio da UE no período de pré-adesão, constituindo um passo nesta direção (ver o artigo da página 17).

CROÁCIA: FACTOS ESSENCIAIS

- ▶ Área de superfície total: **87 661 km²**
- ▶ População: **4 290 000**
- ▶ Capital: **Zagreb**
- ▶ Sistema Político: **Democracia parlamentar**
- ▶ Organização Territorial: **20 condados e a Cidade de Zagreb**
- ▶ Centros urbanos: **A população está concentrada em centros urbanos e 49% de todos os cidadãos vivem nos 5 maiores condados – Cidade de Zagreb e Condado de Zagreb, Split-Dalmatia, Osijek-Baranja e Primorje-Gorski Kotar**
- ▶ Idioma Oficial: **Croata**
- ▶ Moeda: **Kuna (HRK) – 1 EUR = 7,58 HRK**
- ▶ Principais Parceiros Comerciais: **Itália, Áustria, Alemanha, Eslovénia e Sérvia**
- ▶ Principais mercadorias de exportação: **Equipamento de transporte, maquinaria, têxteis, produtos químicos, géneros alimentícios e combustíveis**
- ▶ Principais mercadorias de importação: **Maquinaria, equipamento de transporte e elétrico, produtos químicos, combustíveis, lubrificantes e géneros alimentícios**
- ▶ Aeroportos Principais: **Zagreb, Split, Dubrovnik, Pula, Rijeka**

Património natural e turismo

O território da Croácia é dos mais bem preservados a nível ecológico na Europa, com 47% da sua área terrestre e 39% da sua área marítima designadas como áreas especialmente protegidas e áreas de conservação. A Croácia possui 19 parques nacionais e naturais, sendo alguns deles, como o Parque Nacional dos Lagos de Plitvice, locais designados como Património Mundial da UNESCO. A beleza natural da Croácia atrai milhões de turistas todos os anos e as receitas com o turismo representam aproximadamente 15% do PIB do país. A preservação do ambiente ocupa um lugar cimeiro na agenda do desenvolvimento e é um requisito para a adesão à União Europeia.

Reformas estruturais em curso

Como membro da UE, a Croácia continuará a centrar-se nas reformas estruturais, não só porque planeia aderir à zona euro no futuro, mas também para aumentar a competitividade da sua economia. A Croácia beneficiará de investimento através dos Fundos Estruturais e de Investimento da UE (EIE) que irão ajudar na aplicação destas reformas estruturais em curso.



ENTREVISTA

A Panorama conversa com Branko Grčić, Vice-Primeiro-Ministro da Croácia e Ministro do Desenvolvimento Regional e dos Fundos da UE, sobre a adesão do país à UE.

► **Que mudanças positivas já se verificaram na Croácia graças ao processo de integração?**

Em primeiro lugar, devo dizer que estamos entusiasmados com a adesão do nosso país à UE e que esperamos muito por este momento. De facto, sentimos como se estivéssemos a voltar a casa, dado que o nosso território, história, cultura e tradições foram, durante séculos, uma parte inevitável da Europa.

Se analisarmos os 35 capítulos bastante exigentes que tivemos de negociar com a UE, podemos concluir que fizemos progressos consideráveis em todos estes diferentes segmentos.

Tivemos de realizar reformas bastante profundas num período muito sensível nos últimos 20 anos. O caminho foi longo, mas serviu para nos prepararmos melhor, especialmente no que toca ao mercado e às estruturas da UE.

Contudo, a nossa adesão à UE será certamente um grande estímulo para a nossa prosperidade futura, mas também esperamos e acreditamos que nós próprios podemos trazer uma nova qualidade à Europa.

► **Que desafios prevê que possam existir por ser um Estado-Membro da UE?**

Os desafios da adesão são muitos. O trabalho adicional na consolidação fiscal e a implementação de reformas nacionais em diferentes sectores tornar-se-ão tarefas ainda mais desafiantes após a adesão, devido ao maior envolvimento das instituições da UE nestas áreas.

Brevemente, enfrentaremos a concorrência acrescida de empresas de outros Estados-Membros num momento bastante difícil e sensível para a economia croata devido à recessão. Ao mesmo tempo, as empresas croatas perderão parte da sua competitividade de preços no mercado CEFTA (Acordo de Comércio Livre da Europa Central), dado que terão novas tarifas na exportação para países CEFTA.

A participação no processo de elaboração de políticas da UE irá certamente exigir uma administração mais eficiente, capaz de contribuir de forma ativa para o processo de tomada de decisões e de assegurar uma aplicação correta e eficaz das políticas da UE no contexto croata. A gestão dos Investimentos Estruturais Europeus e a concretização dos objetivos propostos resultantes da estratégia da Europa 2020 representarão um desafio especial. A nossa meta principal consiste na construção de um sistema de projetos de elevada qualidade que contribua verdadeiramente para o cumprimento das estratégias adotadas, bem como no fortalecimento da capacidade administrativa que garantirá uma execução do programa de forma atempada e eficaz.

► **De que forma considera que a Croácia pode contribuir para o crescimento sustentável e competitivo da União Europeia?**

A economia da Croácia encontra-se em recessão desde 2008. À medida que a recessão continuava na Europa, a Croácia não podia escapar dessa situação por não ser uma ilha. A estratégia do governo para a recuperação económica baseia-se na consolidação fiscal, em reformas estruturais e no estímulo ao investimento, especialmente investimentos privados que são essenciais para preservar os empregos existentes e criar novo emprego. Acreditamos que as ações governamentais executadas até ao momento, bem como as ações que serão levadas a cabo nos próximos anos, particularmente no que respeita às reformas em áreas como segurança social, saúde, mercado de trabalho e administrações públicas, irão assegurar a estabilidade necessária do quadro macroeconómico geral e melhorar a nossa competitividade.

O crescimento potencial da Croácia em determinadas áreas, como turismo, transporte e logística, fontes de energia renováveis, transformação de metais e produção de maquinaria e navios, é considerável e acreditamos que são excelentes oportunidades para os investidores. A nossa tarefa consiste em continuar a melhorar as condições para os investimentos, dado que esta é a única forma de assegurar uma estabilidade económica e financeira a longo prazo.

▶ **Como considera que o QEC (Quadro Estratégico Comum) pode contribuir para o desenvolvimento futuro da Croácia, tanto a nível nacional como das regiões?**

Os Fundos EIE serão um dos instrumentos mais importantes para enfrentar os principais desafios ao nível do desenvolvimento para a Croácia nos próximos anos e para aplicar os objetivos da estratégia da Europa 2020 na Croácia. Contudo, o valor dos Fundos EIE não reside apenas na disponibilidade dos fundos. É muito mais importante para

a Croácia que os Fundos EIE sejam utilizados para nos ajudar a construir uma estratégia coerente que se baseie mais na política de desenvolvimento nacional do que acontece atualmente. Para algumas áreas, como I&D, que até agora têm sido subfinanciadas nos orçamentos de estado, os Fundos EIE representam uma grande oportunidade para acompanhar os outros Estados-Membros. Concentraremos os investimentos nas áreas com maior potencial para contribuir para a competitividade e os recursos de valor acrescentado das regiões croatas. ■

▷ PREPARAÇÃO PARA A ADESÃO E A POLÍTICA DE COESÃO

Durante o período de pré-adesão, a UE prestou auxílio financeiro específico e orientado à Croácia para apoiar os seus esforços de otimização de reformas políticas, económicas e institucionais durante a sua preparação para a adesão.

De 2000 até 2006, a Croácia recebeu, aproximadamente, 530 milhões de euros de programas sectoriais de pré-adesão.

Desde 2007, a Croácia tem beneficiado do Instrumento de Pré-Adesão (IPA), que substituiu todos os programas de assistência sectorial anteriores. No período de 2007-2012, os países receberam, aproximadamente, 997 milhões de euros, ou seja, cerca de 150 milhões de euros por ano. Um programa IPA foi dedicado às reformas políticas e económicas e outros quatro prepararam o país para as políticas agrícolas e de coesão.

Como tal, o funcionamento da política regional da UE não é uma novidade para a Croácia. Os dirigentes já adquiriram experiência prática na gestão de programas que cumprem regras da política de coesão.

As partes interessadas regionais e locais têm utilizado os fundos para desenvolver projetos inovadores nas áreas de transporte, ambiente e desenvolvimento económico, social e rural.

Cooperação de vizinhança

No âmbito do IPA (Componente 2,98 milhões de euros), a cooperação transfronteiriça alargou-se a outros Estados-Membros – Hungria, Itália e Eslovénia – e aos países vizinhos dos Balcãs Bósnia e Herzegovina, Montenegro e Sérvia.

Como parte de uma ação de desenvolvimento regional (Componente 3, 345 milhões de euros), foram lançados projetos de transporte que apoiam a infraestrutura ferroviária e as vias de navegação interior (ver página 8). Os programas ambientais têm investido em projetos integrados de água e resíduos e foram iniciados vários programas empresariais e de investigação para promover a competitividade regional.

Foram desenvolvidos diversos projetos com o objetivo de melhorar o acesso ao emprego e reforçar a inclusão social das pessoas no âmbito do Componente 4 do IPA («Recursos Humanos», 94,5 milhões de euros).

Os fundos IPA ajudaram a Croácia a desenvolver a capacidade e os recursos para a absorção de Fundos Estruturais e de Coesão significativos que serão disponibilizados após a adesão.

Os procedimentos de IPA para a seleção de projetos, concursos e contratações são semelhantes aos procedimentos dos Fundos Estruturais e a utilização de fundos IPA tem proporcionado uma experiência inestimável para as instituições do país, à medida que se preparam para uma utilização de fundos pós-adesão muito mais elevados no futuro.

PROJETOS

Durante o período de pré-adesão, o investimento para promover a competitividade regional e para apoiar grandes infraestruturas nas áreas de transporte e ambiente tem sido uma prioridade importante. A principal estação ferroviária de Zagreb é um exemplo disso (ver artigo na página 17) – outros exemplos estão ilustrados abaixo.

INFRAESTRUTURA

Sistema de abastecimento de água e de esgotos com estação de tratamento de águas residuais para Slavonski Brod

O objetivo deste investimento ambiental é melhorar o sistema de água na bacia fluvial do Danúbio, melhorando a segurança do abastecimento de água para os consumidores existentes e ligando mais aproximadamente 4300 habitantes. Uma estação de tratamento de águas residuais moderna em conformidade com os requisitos da UE permitirá um tratamento de águas residuais mais eficaz. O projeto também irá aumentar o número de habitantes (9950) ligados ao sistema de descarga. O projeto irá igualmente ajudar a proteger o ambiente e a garantir a conformidade com os padrões ambientais da UE.



PROMOVER A COMPETITIVIDADE

Centro de tecnologia de biociências

Está a ser construído um Centro de Incubação e Comercialização de Tecnologia de Biociências (BIOCentre) no campus da Universidade de Zagreb. Este centro prestará apoio às empresas das ciências da vida e biotecnologia em fase de arranque na Croácia. Fornecerá instalações empresariais e de I&D, especialização e os serviços necessários para a incubação de empresas e apoio. Estabelecerá ligação às empresas e instituições de I&D regionais e internacionais da Croácia. O objetivo geral do projeto do BIOcentre consiste em desenvolver capacidades de comercialização e de transferência de tecnologia das instituições de ensino superior e organizações de investigação públicas. Deste modo, poder-se-á promover o desenvolvimento regional sustentável e a competitividade industrial nos sectores de maior valor acrescentado da economia e nas PME baseadas no conhecimento. O objetivo a longo prazo para a Croácia é tornar-se um líder nas biociências e na tecnologia na zona sudeste da Europa. Em primeiro lugar, as empresas em fase de arranque serão recrutadas da Croácia, em segundo lugar, da zona sudeste da Europa e, em terceiro lugar (se possível), da zona central e leste da Europa.

PROMOVER A COMPETITIVIDADE

Marasca – a desenvolver tecnologia alimentar

Um projeto de aumento da competitividade centrou-se na aplicação de tecnologias sofisticadas (liofilização, atomização) na produção de produtos alimentares e na preparação de produtos semiacabados baseados nas cerejas Marasca. Foi criado um «cluster» para reunir os grupos-alvo de produção e organizações relacionadas, incluindo a Faculdade Biotécnica em Zadar e a Universidade de Liubliana. O programa inclui formação curricular e sensibilização e foram desenvolvidos um novo laboratório e uma unidade de produção piloto para a liofilização de ginjas Marasca e sumo em pó de ginjas Marasca. A transferência de conhecimento e tecnologia para as pequenas e médias empresas (PME) na região irá aumentar a competitividade da indústria agroalimentar local, criar parcerias entre produtores locais, a indústria de transformação de alimentos local e a comunidade científica, bem como informar a comunidade mais abrangente sobre as propriedades benéficas das ginjas Marasca.



▷ GERIR OS PROGRAMAS DE COESÃO APÓS A ADESAO

Após a adesão, os Fundos Estruturais e de Coesão da UE disponíveis para a Croácia totalizarão aproximadamente 450 milhões de euros – 150 milhões de euros dos Fundos de Coesão e 300 milhões de euros dos Fundos Estruturais. Estes fundos representam uma oportunidade notável para atender às necessidades da Croácia nas áreas do transporte e ambiente, bem como na inovação e na modernização da produção.

Elegibilidade no âmbito de novos programas

Como membro efetivo da UE, as regiões da Croácia serão elegíveis para assistência no âmbito dos objetivos de Convergência e de Cooperação Territorial.

Os programas IPA de pré-adesão serão automaticamente convertidos em FEDER, FSE e Fundos de Coesão. A dotação de verbas total destes programas irá quase duplicar, dado que serão adicionados 450 milhões de euros do FSE, FEDER e Fundos de Coesão aos 537 milhões de euros dos fundos IPA anteriores.

O período de absorção dos novos fundos de 450 milhões de euros será extremamente curto – apenas 3 anos e meio. Face a esta situação, as autoridades nacionais e a Comissão Europeia aceitaram reforçar as estruturas de gestão e centrar-se nas mesmas prioridades sectoriais e preparar um «sistema» de projetos avançados.

Programas futuros para o período de 2014-2020

Paralelamente à preparação e à execução destes primeiros programas de Coesão, a Croácia está atualmente a preparar o seu Acordo de Parceria, definindo o quadro para os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus 2014-2020.

O documento provisório do QFP 2014-2020 propõe cerca de 8000 milhões de euros para programas de Coesão na Croácia. Este valor representa uma parte substancial do investimento futuro no país.

Já foram realizados esforços consideráveis por parte das autoridades croatas no sentido de adaptar as estratégias sectoriais e a programação dos recursos financeiros públicos em consonância com as metas da Europa 2020.



DA ESQUERDA PARA A DIREITA
Branko Grčić, Vice-Primeiro-Ministro da Croácia e Ministro do Desenvolvimento Regional e dos Fundos da UE, reunido com Johannes Hahn, Comissário Europeu para a Política Regional, numa visita a Zagreb.

Estão em curso consultas intensivas por todo o país para se decidir as prioridades em matéria de financiamento e para identificar projetos adequados para o país.

Na sua tomada de posição por escrito de janeiro de 2013, a Comissão Europeia sugeriu que o apoio de coesão fosse investido no desenvolvimento da competitividade através de um apoio firme às PME, à investigação e à inovação. Também apela a que os programas adaptem os sistemas do mercado de trabalho e do emprego no sentido de explorar melhor os recursos naturais, otimizar a eficiência da administração pública e fortalecer o diálogo social.

A experiência dos Estados-Membros mais recentes tem demonstrado que os Fundos Estruturais e de Investimento podem desempenhar um papel essencial no crescimento económico. Espera-se que estes fundos prestem um apoio estável e valioso à competitividade e ao bem-estar da Croácia e fortaleçam a parceria com a região sudeste da Europa, a região da Europa central e todos os Estados-Membros.

▷ SAIBA MAIS:

Representação da Comissão Europeia na Croácia
http://ec.europa.eu/croatia/index_hr.htm

▶ SUPERAR A CRISE COM O APOIO DA POLÍTICA DE COESÃO

A 18 de abril, a Comissão Europeia apresentou um relatório sobre como a política de coesão está a funcionar nos Estados-Membros neste período de crise. Em síntese, as principais mensagens são que existem provas claras e crescentes de que os programas estão a ser executados em muitas prioridades políticas e Estados-Membros. Os programas de política de coesão demonstraram que têm flexibilidade para responder à crise, mas ainda há muito trabalho a realizar e existem riscos em algumas áreas estratégicas. A Comissão está disposta a equacionar uma nova reprogramação e reduções no cofinanciamento nacional, caso tal se justifique e seja orientado para o crescimento e o emprego. Devem ser retiradas lições importantes dos programas atuais. É necessário reforçar a avaliação e a utilização de indicadores no sentido de apoiar a programação para o futuro.

O «Relatório Estratégico» sobre a execução dos programas da política de coesão do período de 2007-2013 reúne dados disponíveis, na sua maioria de finais de 2011, de todos os 27 Estados-Membros e dos programas de cooperação ⁽¹⁾. Trata-se de um importante exercício de coordenação dos 434 programas, 273 regiões e 27 Estados-Membros que abrangem os três fundos – o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão. Através destes Fundos, a política de coesão da UE está a investir 347 mil milhões de euros ou 35% do orçamento total da UE no período de 2007-2013.

A obrigação do Relatório Estratégico aplica-se à Comissão e aos 27 Estados-Membros, aos quais foi solicitado que apresentassem os seus relatórios nacionais até finais de 2012 e que ponderassem sobre o seu papel na gestão deste orçamento tão elevado.

Efeitos da crise e resposta

Os Relatórios Nacionais mostram que os efeitos da crise económica e financeira se fazem sentir por todo o lado, mas o momento de ocorrência e a gravidade dos efeitos têm variado. O papel que a política de coesão assume nas estratégias de desenvolvimento nacionais dos Estados-Membros também varia.

Em geral, os Estados-Membros mais desenvolvidos têm confiado na política de coesão para apoiar investimentos a médio e longo prazo na inovação, PME e mercados de trabalho. Têm comunicado algumas alterações nas necessidades de investimento, mas têm optado maioritariamente por programas nacionais para resolver choques pontuais relacionados com a recessão. Nestes países, a reprogramação tem sido limitada, dado que os objetivos estratégicos originais ainda são encarados como válidos.

Os Estados-Membros menos desenvolvidos e aqueles que ainda beneficiam do apoio de «convergência» têm amplamente reconhecido a importância da política de coesão no apoio ao investimento público. Porém, este grupo não é homogêneo. Entre eles, um número reduzido tem superado a recessão e está novamente num trajeto de crescimento. Outros necessitaram de um «programa» de apoio para reestabelecer a estabilidade macroeconómica – Irlanda, Grécia, Letónia, Portugal e Roménia. Neste último grupo de países, a Comissão reagiu ao clima económico excepcional reprogramando e reduzindo significativamente o cofinanciamento nacional para fazer face ao duplo desafio das necessidades socioeconómicas em mutação e da reduzida capacidade das autoridades nacionais para o cofinanciamento.

Em toda a UE-27, cerca de 36 mil milhões de euros foram reatribuídos para atender às necessidades socioeconómicas em mutação – 90% destas transferências foram adotadas no período de 2011-2012. Paralelamente, a obrigação de fornecer aproximadamente 15,5 mil milhões de euros de cofinanciamento público nacional foi removida dos programas em alguns Estados-Membros para acelerar o investimento dos recursos da UE.

(1) Cooperação Territorial Europeia – programas de cooperação transfronteiriça e transnacional.

A maior empresa de transformação de milho da Europa, graças ao apoio da UE A Hungria reduziu as suas emissões de dióxido de carbono através do investimento num sistema de geração de energia e vapor a partir de biomassa. O projeto, localizado na região além do Danúbio central da Hungria, foi um dos vários estudos de caso apresentados no Relatório Estratégico.



Ainda assim, em muitos Estados-Membros, os desafios específicos da gestão dos programas têm incluído: declínio na procura de medidas que apoiem a inovação nas PME e nas TIC, dificuldades na angariação de cofinanciamento correspondente entre beneficiários, o que resulta em projetos mais reduzidos em muitas áreas, e períodos de execução mais longos.

Contributo para as prioridades europeias

Muitos Relatórios Nacionais transmitem uma narrativa clara sobre o papel da política de coesão no apoio às prioridades europeias de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta mensagem é transmitida de forma clara no que respeita ao apoio do FSE para as reformas e os investimentos no mercado de trabalho e no capital humano. De igual modo, existem muitos exemplos de como o FEDER apoia a investigação e a inovação, resolveu o acesso ao financiamento por parte das PME e apoia programas de eficiência energética e o desenvolvimento sustentável de forma mais abrangente.

São igualmente apresentadas provas empíricas do papel dos fundos da UE nos exemplos de projetos, sendo que os dados dos principais indicadores e beneficiários fornecem, pela primeira vez, provas agregadas dos resultados. ▶▶

O RELATÓRIO ESTRATÉGICO DA UE A PONTA DO ICEBERGUE

Os Relatórios Nacionais dos Estados-Membros são um enorme esforço para tornar a execução e a gestão dos programas mais transparentes. Os 27 Estados-Membros:

- ▶ Forneceram mais de 2000 páginas de relatórios com resumos acompanhados por mais de 1600 páginas de anexos: cada relatório tem, em média, 75 páginas;
- ▶ Enviaram relatórios nos 22 idiomas oficiais da UE, geralmente, com traduções para inglês do relatório completo ou de um resumo;
- ▶ Identificaram quase 270 exemplos de boas práticas nas áreas do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo;
- ▶ Seis Estados-Membros apresentaram os seus relatórios no início de 2013 aos seus pares e as suas apresentações estão disponíveis online.

Todos os Relatórios Nacionais oferecem uma visão aprofundada sobre as especificidades institucionais nacionais e económicas e mais detalhes sobre o progresso rumo aos objetivos dos programas. A Comissão compilou os 27 relatórios nacionais online e utilizou o conteúdo para preparar o seu Relatório de Síntese.



Com mais quatro anos de dados até ao término dos programas em 2015, os investimentos no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu já proporcionaram progresso e melhoria para muitos cidadãos. Porém, face ao volume de investimentos e de atrasos na conclusão dos projetos, ainda se espera muito mais. Além do mais, os programas que não estão a utilizar os principais indicadores voluntários, quando são relevantes, terão outra oportunidade nos relatórios anuais de 2012 para refletir melhor os seus resultados.

Medir o progresso

Este Relatório é a primeira oportunidade, durante um período de programação, para avaliar o progresso intercalar na execução da produção e dos resultados. Esses dados nunca tinham sido disponibilizados à Comissão de forma a permitir uma análise e apresentação dos mesmos.

Ao observar os dados sobre a produção, a despesa e a seleção de projetos, temos uma imagem mais nítida, embora

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

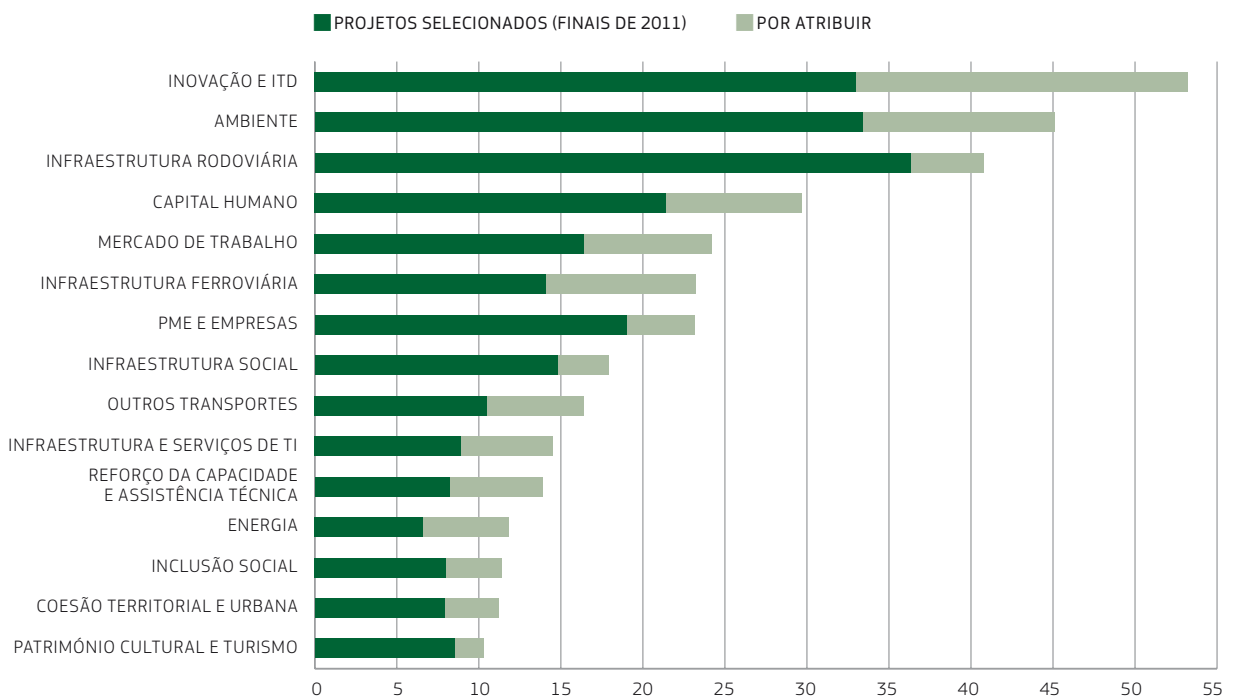
Os «grandes números» que emergem dos Relatórios Nacionais sobre a atividade e a produção incluem, até a data, o seguinte:

- ▶ A inovação e as pequenas empresas estão a receber um impulso proveniente de investimentos do FEDER:
 - ▶ 53 240 projetos de ITD apoiados;
 - ▶ 16 000 projetos de investigação empresarial receberam investimentos;
 - ▶ 53 160 empresas em fase de arranque receberam apoio.
- ▶ No âmbito do FEDER, foram criados quase 400 000 empregos (metade dos quais no período de 2010-2011), incluindo 15 600 empregos na investigação e 167 000 empregos em PME.
- ▶ Mais 1,9 milhões de pessoas beneficiam agora de redes de banda larga financiadas pelo FEDER.
- ▶ Mais 2,6 milhões de pessoas têm acesso a abastecimento de água em conformidade com os padrões da UE e mais 5,7 milhões têm acesso a tratamento de águas residuais (fundamentalmente com apoio do Fundo de Coesão).

- ▶ Foram concluídos 460 km de linhas rodoviárias da RTE-T e 334 km de linhas ferroviárias da RTE-T, além de outros projetos de linhas rodoviárias e ferroviárias (maioritariamente FC).
- ▶ 2,4 milhões de pessoas assistidas pelo Fundo Social Europeu encontraram um novo emprego num período de 6 meses de apoio (a partir do estudo de avaliação da CE).
- ▶ No âmbito do FSE, o número de pessoas apoiadas anualmente – no âmbito de todos os objetivos da política – aumentou de 10 milhões por ano antes de 2010 para cerca de 15 milhões por ano desde então.

Estes números baseiam-se maioritariamente em projetos concluídos no período 2007-2011 (cinco Estados-Membros forneceram dados até junho de 2012). Foram publicados mais detalhes pelos Estados-Membros no documento de trabalho e as 13 fichas informativas estão disponíveis online.

▶ Visão geral dos Fundos da UE por objetivos – projetos selecionados e fundos por atribuir (2007-2011)



ainda imperfeita, do progresso ao nível da execução. As taxas dos projetos selecionados e da despesa não estão a seguir padrões idênticos em todos os Estados-Membros. Alguns programas selecionaram todos os projetos, mas têm níveis de despesa reduzidos. Outros ainda têm ainda um volume de projetos a selecionar, mas apresentam níveis de despesa elevados.

Embora não sejam esperados padrões idênticos (a mistura de investimentos, critérios de seleção e capacidade institucional diferem), os resultados apelam à prudência. A seleção de projetos, por si só, não garante a implementação financeira nem a execução da produção e dos resultados corretos que possam levar ao crescimento e ao emprego.

No Relatório, a Comissão identifica as áreas de investimento onde têm de ser executadas ações para acelerar a seleção e a execução de projetos cofinanciados no período de 2007-2013 para cumprir os objetivos definidos. Existem, nomeadamente, atrasos aparentes em diferentes grupos de Estados-Membros em sectores estratégicos essenciais como, por exemplo, ao nível da investigação e inovação, investimentos nas TIC, linhas ferroviárias, energias renováveis e desenvolvimento de capacidades. Em alguns casos, o progresso lento em determinadas áreas é acompanhado por um progresso rápido noutras. Este facto sugere que, sem correções, as estratégias e os objetivos originais não serão cumpridos.

Espaço para a melhoria

Nas suas conclusões, a Comissão salientou duas mensagens principais.

Os Estados-Membros devem centrar-se claramente na execução dos programas atuais. Existem demasiados elementos em causa. Mais de 50% dos fundos disponíveis ainda não foram reclamados com base na atividade de investimento na economia real. A Comissão irá trabalhar com os Estados-Membros e considerar a reprogramação onde esta possa contribuir para o crescimento e emprego.

O Relatório também sublinha a importância das reformas profundas que estão atualmente a ser negociadas entre o Parlamento Europeu e os governos da UE para a política de coesão para o período de 2014-2020, incluindo uma concentração mais estratégica de recursos nas prioridades essenciais e uma maior ênfase nos resultados e na avaliação.

O relatório de síntese resumido no seguinte artigo forneceu material analítico independente adicional de apoio à análise dos Relatórios estratégicos nacionais por parte da Comissão.

O Relatório Estratégico será agora debatido pelas instituições da UE relevantes.



Este relatório fornece um resumo valioso de uma política que está a ser executada na maioria das prioridades da UE e a investir no crescimento quando este é mais necessário. Estamos a prestar apoio às novas empresas inovadoras e a criar bons empregos sustentáveis para o futuro, através do fornecimento de banda larga a regiões remotas, do combate à fuga de cérebros e da construção de ligações de transportes vitais que contribuem para a competitividade das regiões. A política também mostrou ser capaz de uma grande flexibilidade, respondendo à crise e adaptando-se às novas necessidades das pessoas e das suas comunidades.

Mas também existem lições a aprender: por vezes, os resultados são irregulares e os Estados-Membros necessitam de acelerar os seus esforços para utilizar os recursos da UE. À medida que perspetivamos o novo período de programação, esperamos que os Estados-Membros e as regiões orientem ainda mais a política rumo a resultados e prioridades que obtenham um maior impacto.»

Johannes Hahn – Membro da Comissão Europeia responsável pela Política Regional

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/how/policy/strategic_report_en.cfm



A política de coesão da UE ajudou no fornecimento de fibra ótica de banda larga ultrarrápida a The Lizard, o ponto mais meridional do Reino Unido. O projeto Superfast Cornwall financiado pelo FEDER foi um dos vários estudos de caso de projetos de êxito apresentados no «Relatório Estratégico» da UE sobre a execução de programas de política de coesão no período de 2007-2013 (ver também o artigo nas páginas 10-13).

▶ UMA OPINIÃO INDEPENDENTE SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO, 2007-2011

As decisões informadas e fundamentadas devem estar no centro de todos os processos de elaboração de políticas. Por esta razão, a Comissão acolhe o relatório mais recente da Expert Evaluation Network (Rede de Peritos de Avaliação) sobre o desempenho da política de coesão em todos os 27 Estados-Membros.

Todos os anos, é convocado um grupo de peritos de avaliação independentes para examinar os resultados comunicados por cada Estado-Membro da execução dos programas cofinanciados pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e pelo Fundo de Coesão. Este Relatório de Síntese

é uma atualização do relatório produzido no início de 2012 e resume os desenvolvimentos durante os programas de 2007-2013 até ao final de 2011.

▶ SAIBA MAIS

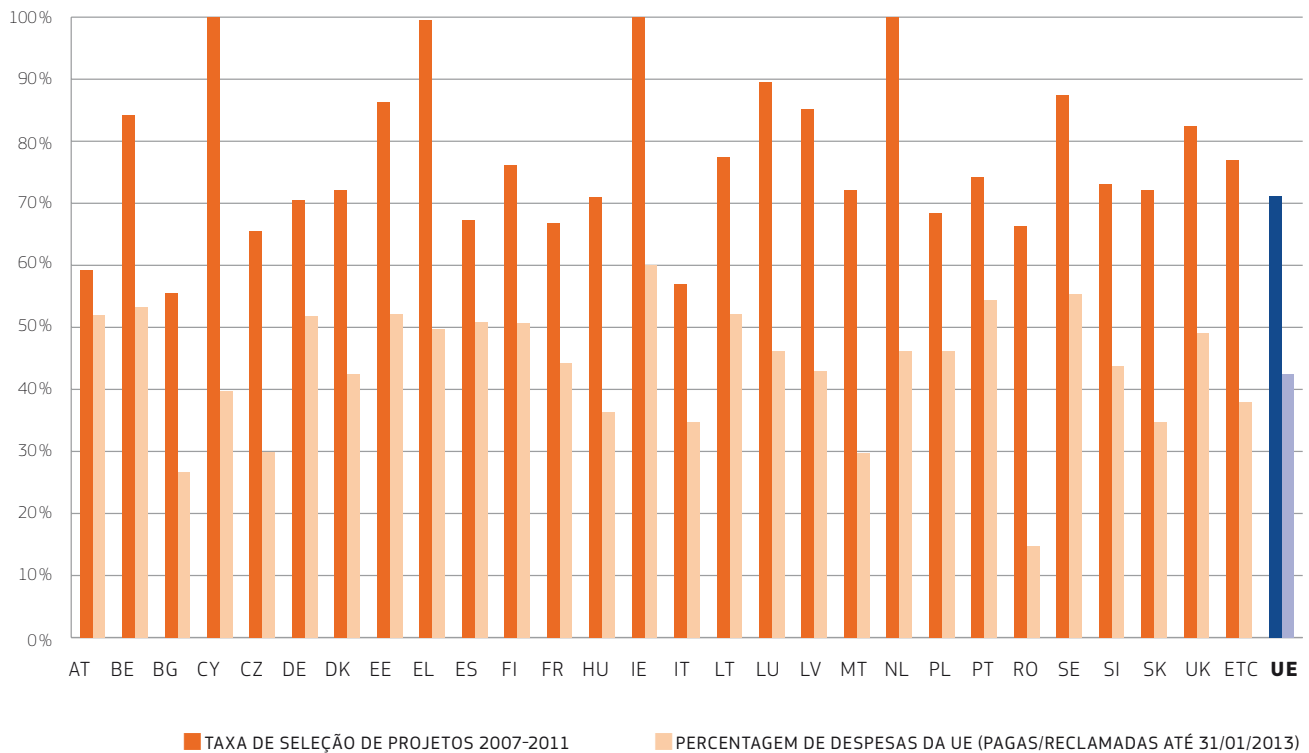
Rede de peritos de avaliação 2012

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/eval2007/expert_innovation/2012_evalnet_fei_synthesis_final.pdf

Instrumentos de Engenharia Financeira

http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/funds/2007/jjj/doc/pdf/cocof_guidance_note3_en.pdf

TODOS OS FUNDOS DA UE – COMPARAÇÃO ENTRE A SELEÇÃO DE PROJETOS (2007-2011) E OS PAGAMENTOS DECLARADOS (2007-2013)



O Relatório de Síntese de 2012 realça seis áreas principais:

1 ▶ A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA

O Relatório realça a situação crítica em que os programas estão a decorrer, sublinhando o fraco desempenho económico da maioria dos países europeus (à exceção dos países bálticos, da Polónia e da Eslováquia). A previsão para 2013 apenas prevê uma melhoria bastante ligeira, enquanto o estado das finanças públicas continuará fraco, influenciado por programas de austeridade aplicados em muitos países. Este cenário será, provavelmente, um obstáculo ao ritmo das despesas planeado para o restante período.

2 ▶ A DIMENSÃO DO APOIO FINANCEIRO

O FEDER e o Fundo de Coesão totalizam, em conjunto, 270 mil milhões de euros para o período de 2007-2013, representando uma média de 0,3% do PIB da UE por ano, mas mais de um terço (37,7%) das despesas públicas de capital por ano para os países da UE-12⁽¹⁾. Estes números demonstram a importância crítica dos fundos da UE para as despesas consagradas ao desenvolvimento nos países da UE-12. Contudo, o Relatório mostra que os Estados-Membros reclamaram menos de metade do total dos fundos disponíveis. Este facto questiona a capacidade de alguns Estados-Membros absorverem o montante disponível nos próximos três anos e o relatório alerta para o risco de uma possível perda de recursos por parte de alguns países⁽²⁾. Em resposta às dificuldades sentidas por alguns Estados-Membros, a UE aprovou reduções ao nível do cofinanciamento nacional, mantendo o montante dos fundos da UE fornecidos num nível estável.

(1) Países da UE-12: Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa e Roménia.

(2) Bulgária, Itália e Roménia.

3 ▶ ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Relatório observa uma alteração notável na distribuição do financiamento, que ascendeu a cerca de 10% do financiamento total disponível. Esta alteração tem de ser encarada à luz da deterioração da situação económica da maioria dos Estados-Membros. O Relatório refere uma tendência para reprogramar o financiamento de medidas como, por exemplo, o apoio empresarial e áreas com capacidade limitada de cofinanciamento (por exemplo, as autoridades locais), para medidas menos afetadas pela crise. Como resultado, nos Estados-Membros da UE-12, a maioria do financiamento é atribuída ao investimento nas redes de transportes e infraestruturas ambientais, ao passo que nos países da UE-15 tem havido uma tendência rumo a infraestruturas e inovação em IDT (investigação e desenvolvimento tecnológico), investimento empresarial e infraestruturas ambientais. Como medida para ajudar as PME a ultrapassar a crise do crédito, os programas têm aplicado Instrumentos de Engenharia Financeira (IEF): investimentos reembolsáveis para as empresas.

4 ▶ PROGRESSO FINANCEIRO NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE POLÍTICA DE COESÃO

O Relatório identifica os pagamentos realizados a Estados-Membros como sendo a fonte mais fiável de dados disponível para fornecer informações acerca do ritmo da execução dos programas. Em comparação com o período de programação anterior, 2000-2006, o Relatório de Síntese regista um atraso evidenciado nas despesas do FEDER para a UE-15: enquanto os pagamentos no atual período de programação perfizeram 46% do orçamento acordado, os pagamentos na mesma fase do período precedente foram 10% superiores, o que significa uma redução de 10,8 mil milhões de euros em termos absolutos. A taxa de pagamentos foi mais rápida nos Estados-Membros da UE-12 (49%) do que nos Estados-Membros da UE-15 (45%), apesar da curta experiência do primeiro grupo na gestão dos Fundos Estruturais. O Relatório também reconhece que o arranque lento dos programas no início do período de programação foi a razão principal para o atraso. Todavia, as condições económicas adversas, os problemas com os contratos públicos e os atrasos administrativos atrasaram ainda mais a execução subsequente.

5 ▶ RESULTADOS

O Relatório salienta que a taxa de conclusão dos projetos aumentou significativamente em 2011. Porém, a avaliação dos resultados e das realizações dos programas é difícil devido a dois fatores: o número limitado de regimes concluídos, que reduz as provas de resultados tangíveis, e a carência de informações comunicadas nos Relatórios Anuais de Execução. É possível tirar algumas conclusões: os programas das regiões abrangidas pelo objetivo da competitividade estão numa fase mais avançada de execução em comparação com os programas das regiões abrangidas pelo objetivo da convergência; a criação de emprego (383 000 empregos a tempo inteiro) e o apoio às empresas em fase de arranque (53 000) têm registado um aumento considerável, o que demonstra uma execução acelerada; os projetos de apoio às empresas têm sido orientados para ITD e empresas em fase de arranque, com 148 500 projetos de investimento executados pelas PME, 14 700 projetos de investigação e cooperação entre a ciência e a indústria financiados e quase 15 000 empregos criados relacionados com I&D⁽⁴⁾.

6 ▶ AVALIAÇÕES REALIZADAS POR ESTADOS-MEMBROS

Tem havido, em média, quase uma avaliação por programa, mas com grandes variações nos Estados-Membros. A maioria das avaliações (83%) centrou-se na execução de programas e na avaliação de procedimentos, tendo prevalecido a utilização de métodos qualitativos (53% em comparação com os métodos quantitativos, 11%). As avaliações indicam resultados positivos relacionados com ITD e intervenções de inovação, especialmente em termos de trabalho em rede e cooperação, bem como no apoio às empresas. Do mesmo modo, as avaliações de iniciativas de desenvolvimento local constataram que promovem a cooperação entre diferentes níveis de governo e aumentam a participação das autoridades locais. Infelizmente, o Relatório concluiu que a utilização das conclusões das avaliações continua bastante informal e desligada do processo de elaboração de políticas. Apenas os países bálticos estabeleceram procedimentos formais para garantir que o sistema de acompanhamento e avaliação seja integrado no processo de elaboração de políticas.

Espera-se um relatório final da rede de peritos relativo ao período de 2007-2013 para finais de 2013. Este tipo de relatórios ajudarão a Comissão a corresponder às expectativas do Conselho e do Parlamento de receber relatórios anuais sobre os resultados da política de coesão a partir de 2014. As provas estão a ganhar terreno para a formulação da política de coesão.

(3) Países da UE-15: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

(4) Existem algumas discrepâncias nos dados comunicados no Relatório Estratégico da Comissão Europeia e nos Relatórios Estratégicos Nacionais. Isto deve-se ao facto de os dados nos Relatórios Estratégicos Nacionais terem sido atualizados para alguns Estados-Membros.



Custo total:
12 800 000 EUR
Contribuição da UE:
9 800 000 EUR

▶ ZAGREB, CROÁCIA

▶ ESTAÇÃO CENTRAL DE ZAGREB

MELHORAMENTO SUBSTANCIAL
EM TERMOS DE LIGAÇÃO INTERNACIONAL

A capital da Croácia, Zagreb, está localizada numa ligação importante da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T). A Croácia é uma ponte entre o norte e o sul e as suas linhas ferroviárias ligam a Europa central, através de Salzburgo, Zagreb e Belgrado, a Tessalónica na Grécia (Corredor X da RTE-T). Outro corredor da RTE-T estabelece liga Budapeste, através de Zagreb, ao porto adriático de Rijeka, constituindo um dos mais importantes corredores ferroviários da Croácia.

Devido à idade e às fracas condições do sistema de sinalização dessa rota – tem mais de 70 anos – a velocidade ferroviária na Estação Central de Zagreb foi limitada a 30 km/h.

Foi delineado um projeto de melhoramento apoiado pela UE para renovar e atualizar as infraestruturas de sinalização e interligação dentro da área da principal estação ferroviária de Zagreb. Esta é uma prioridade antes de poder ser realizado qualquer trabalho de reconstrução da via-férrea ou da plataforma.

Os trabalhos de melhoramento ajudam a garantir a livre circulação do tráfego ferroviário internacional através da estação de Zagreb. A segurança e a fiabilidade do equipamento de sinalização e de interligação estão também a ser objeto de melhoramento e os custos de manutenção estão a ser reduzidos. Ao mesmo tempo, a velocidade ferroviária permitida será aumentada e a capacidade da estação desenvolvida.

Após a sua conclusão, o projeto irá eliminar as restrições rigorosas de velocidade na rota que provocam um grande ponto de estrangulamento para a livre circulação do tráfego

ferroviário internacional através da estação. Este melhoramento produzirá benefícios imediatos para os 50 000 passageiros pendulares que utilizam diariamente o caminho de ferro na capital croata.

O projeto está a ajudar a melhorar a capacidade de linha e a classe de velocidade, facilitando o crescimento do tráfego de mercadorias e de passageiros nacional e internacional (46% do transporte de mercadorias ferroviário da Croácia é orientado para a exportação).

Como parte do melhoramento, as interfaces para os sistemas existentes nas estações vizinhas e troços ferroviários estão a ser modernizadas e esta atualização irá abrir caminho para uma série de projetos que visam renovar as infraestruturas ferroviárias e os corredores na Croácia. Os trabalhos estarão concluídos em finais de 2013.

Zrinka Ivanović Kelemen da Infraestrutura Ferroviária da Croácia comentou: «O sistema de transporte ferroviário da Croácia é uma ponte importante na rede ferroviária internacional e é vital para estabelecer ligação entre as ricas regiões agrícolas do país e os grandes centros industriais e de consumo da Croácia central. O importante trabalho de melhoramento na estação de Zagreb abrirá as portas a uma futura modernização em toda a rede, o que será extremamente benéfico para a economia da Croácia.»

▶ SAIBA MAIS
www.hzinfra.hr/homepage

▶ POHJOIS-SUOMI, FINLÂNDIA

▶ A CRIAÇÃO DO ROKUA GEOPARK POTENCIA O TURISMO E A APRENDIZAGEM

O Rokua Geopark no norte da Finlândia é um regresso à era glacial e oferece uma combinação única de geologia, natureza e cultura acerca da vida no longínquo norte congelado.

Localizado apenas a 200 km a sul do Círculo Ártico, o Rokua Geopark é o geoparque mais a norte do mundo e a sua geologia invulgar tem atraído um número crescente de visitantes de todo o mundo nos últimos anos.

Desde 2010, o parque integra uma rede global de 91 geoparques, metade dos quais estão na Europa, incluindo um na Islândia e dois na Noruega. A Rede Europeia de Geoparques é composta por 54 territórios europeus, que trabalham em conjunto para conservar e melhorar a sua herança geológica, através do desenvolvimento integrado e sustentável.

O que todos têm em comum é a capacidade de partilhar a experiência e as melhores práticas sobre ensino das ciências naturais, conservação da herança geológica e promoção do turismo geológico sustentável.

Desde a criação do Geopark em 2010, têm decorrido vários projetos financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para ajudar a desenvolver ao máximo o potencial do parque. Entre eles, incluem-se projetos para potenciar a presença do Geopark na Web, branding e marketing. O mais recente conjunto de projetos, em execução até finais de 2013, inclui um projeto para organizar e aperfeiçoar o modelo operacional do Geopark e envolve a produção de novos materiais educativos e de intervenção.

O Rokua Geopark compreende uma área de 1 326 km² e inclui dentro do seu território o Parque Nacional Rokua, de menores dimensões, que foi criado em 1956. Os traços



Custo total:
522 350 EUR
Contribuição da UE:
261 175 EUR

característicos da área de Rokua são as formas de relevo impressionantes, como as cristas glaciais formadas pela era glacial. O parque é atravessado por trilhos de caminhada e de esqui.

Muitos visitantes vêm ver as maravilhas naturais do parque e o centro de informações inclui uma exposição que descreve a formação da área do Geopark, bem como apresentações sobre geologia, história humana, natureza e a atualidade.

«A criação do parque forneceu um impulso significativo para o turismo na área», afirma Vesa Krökki, Gestora de Projeto e Diretora Executiva do Rokua Geopark. «Apesar do parque ser popular há algum tempo, é agora visitado por um número maior de pessoas de todo o mundo, além dos visitantes tradicionais oriundos da Alemanha, Finlândia e Suécia.»

▶ SAIBA MAIS
<http://www.rokuageopark.fi>

▶ SPODNJEPOSAVSKA, ESLOVÉNIA

▶ TRANSFORMAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA HOSPITAL ESLOVENO

Custo total:
2 041 000 EUR
Contribuição da UE:
1 183 000 EUR



O hospital geral em Brežice, uma cidade do leste da Eslovénia, é um dos mais antigos do país e remonta a 1872. Com 300 funcionários e mais de 150 camas, presta um vasto leque de serviços médicos para uma comunidade regional de mais de 70 000 pessoas e, como parte do programa anticrise do governo, foi alvo de um programa abrangente de redução de custos centrado na eficiência energética.

Com o apoio do Fundo de Coesão da UE, os seis principais edifícios do complexo hospitalar foram objeto de renovações alargadas em termos de poupança energética.

Integrado no programa de melhoramentos de 2 milhões de euros, foi aplicado isolamento térmico a tetos, fachadas, paredes e pisos e os telhados foram modernizados. Todas as portas e janelas foram substituídas e foram colocadas lâmpadas economizadoras de energia em todos os locais.

Foi instalado um novo sistema de ar condicionado para assegurar a refrigeração e ventilação dos blocos operatórios e a água quente é agora fornecida através de aquecimento solar.

Parte do fornecimento energético do hospital foi alterado para fontes de energias renováveis, nomeadamente energia solar, juntamente com bombas de calor que foram instaladas para extrair energia das águas subterrâneas.

O programa de melhorias energéticas, em conjunto com o trabalho realizado anteriormente, como a substituição da caldeira (2006) e a renovação da cozinha (2008), tem tido um impacto notável. As renovações resultaram numa redução de 41 % no consumo total de energia comparativamente com o ano de 2005. O total de custos energéticos diminuiu 14 % e agora representa apenas 1,44 % do custo total operacional do hospital.

Além disso, o hospital reduziu as emissões de CO₂ em 27 % e o consumo de água diminuiu 11 %.

A par do baixo consumo energético, o hospital dispõe agora de um fornecimento energético mais fiável, que garante um funcionamento ininterrupto, e minimizou os impactos negativos no ambiente.

Foi introduzido um sistema de controlo energético central para permitir que o hospital tenha uma visão geral do seu desempenho e utilização energética.

«O investimento nas medidas de poupança energética e nas fontes de energias renováveis transformou o nosso complexo hospitalar numa instituição totalmente «verde» e reduziu significativamente os custos operacionais», comentou Drazen Levojevic do Hospital Geral de Brežice.

▶ SAIBA MAIS
<http://www.sb-brežice.si>

▶ NOTÍCIAS

[NOTÍCIAS BREVES]

LIGAÇÃO ATRAVÉS DA REDE YAMMER

Já desejou que houvesse uma forma mais eficaz de trabalhar com os seus parceiros do que longas reuniões ou trocas de correio eletrónico infundáveis? Será que conseguiria trabalhar melhor se pudesse partilhar experiências com pessoas que enfrentam desafios semelhantes?

A RegioNetwork é uma comunidade online para profissionais que trabalham na política regional e urbana da UE. A participação é gratuita e permite o acesso a um vasto leque de funcionalidades concebidas para o apoiar no seu trabalho:

- ▶ Utilize grupos para colaborar e trabalhar em prol de objetivos específicos;
- ▶ Pesquise e filtre facilmente informações e conversas relevantes para si;
- ▶ Partilhe os seus resultados e ligue-se a outros profissionais que partilhem interesses semelhantes;
- ▶ Teste diferentes opiniões ou opções organizando uma sondagem.

Exemplos de profissionais da comunidade da política regional e urbana da UE que já estão a utilizar a RegioNetwork incluem os agentes de comu-



nicação das Autoridades de Gestão, bem como os avaliadores que avaliam o impacto dos programas operacionais.

Adira à RegioNetwork hoje!

▶ SAIBA MAIS

<https://www.yammer.com/regionetwork>



CONCURSO DE FOTOGRAFIA «A EUROPA NA MINHA REGIÃO»

Queremos ouvir – e ver! – como os investimentos da UE estão a ser utilizados na sua localização e celebrar projetos que estão verdadeiramente a fazer a diferença nas comunidades locais.

Para participar, apenas terá de tirar uma fotografia a um projeto que receba financiamento da EU, de que tenha conhecimento ou que tenha visto, com uma placa ou cartaz com as informações de financiamento e a bandeira da UE algures na imagem.

Depois, partilhe aqui as suas fotografias para se habilitar a ganhar 1 000 euros para gastar em equipamento fotográfico digital e uma viagem para duas pessoas a Bruxelas em outubro de 2013. O prazo para enviar a sua candidatura termina a 23 de agosto de 2013, às 12:00 horas, hora da Europa central.

No concurso de fotografia «A Europa na minha região» desde ano, aceitaremos fotografias de projetos cofinanciados pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, mas também por outros fundos da EU, se a fotografia fornecer provas do cofinanciamento da UE.

Sabia que milhares de projetos em toda a Europa recebem financiamento regional da UE todos os anos? Podem estar relacionados com qualquer área, desde a melhoria da rede de transportes públicos, a uma utilização energética mais ecológica ou um programa de apoio para pequenas empresas. Saiba mais acerca da política Regional da UE e outros fundos da UE.

▶ SAIBA MAIS

https://www.facebook.com/pages/Europe-in-my-Region-Community/243923382392812?sk=app_386310531430573



Máire Geoghegan-Quinn, Comissária Europeia para a Investigação, Inovação e Ciência, a discursar no evento da Semana das Regiões Inovadoras da Europa em Cork, na Irlanda.

SEMANA DAS REGIÕES INOVADORAS DA EUROPA

A 4.ª Semana das Regiões Inovadoras da Europa (Week of Innovative Regions Europe – WIRE) realizou-se na Universidade College Cork, em Cork, na Irlanda, de 5 a 7 de junho. Co-organizado pela Enterprise Ireland e pela Comissão Europeia e apoiado pelo FP7, o 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, o evento centrou-se nas regiões e no seu papel de liderança na economia. A conferência de renome foi realizada sob os auspícios da Presidência irlandesa do Conselho da União Europeia e reuniu 500 delegados de 20 países para debater os aspetos regionais do 7.º Programa-Quadro de Investigação e Inovação Horizonte 2020.

Como destaque do evento, Máire Geoghegan-Quinn, Comissária Europeia para a Investigação, Inovação e Ciência, anunciou os 9 vencedores do Prémio Europeu da Inovação na Administração Pública, que celebra as iniciativas públicas mais inovadoras e voltadas para o futuro. Os vencedores são oriundos da Croácia, Espanha, Portugal, Eslováquia, Suécia, Finlândia, Reino Unido e Holanda. «Estas iniciativas provam que a inovação não acontece só no mundo empresarial e que o sector público, que contribui, em média, para metade do produto interno bruto da UE, também está a abraçar a mudança», afirmou a Comissária.

▶ SAIBA MAIS

<http://wire2013.eu/>

2.ª EDIÇÃO DO DIA EUROPEU DA COOPERAÇÃO: FAÇA PARTE DELE!



EUROPEAN COOPERATION DAY

Sharing borders, growing closer

No ano passado, a campanha do Dia Europeu da Cooperação alcançou milhares de europeus que participaram num dos 281 eventos locais que se realizaram em 36 países. Perante tal êxito, a campanha será repetida este ano. Coordenados pelo programa INTERACT e apoiados pela Comissão Europeia, pelo Parlamento Europeu e pelo Comité das Regiões, todos os programas de cooperação estão convidados a participar na celebração de pessoas que trabalham juntas além-fronteiras. Através de eventos locais, os programas irão apresentar os resultados dos melhores projetos do período de programação atual de uma forma divertida e acessível, que permite que os cidadãos comuns participem na cooperação territorial. Este ano, podemos esperar festivais de cinema europeu, concursos universitários, atuações musicais, degustações de alimentos e muito mais! O dia principal da campanha será o dia 21 de setembro de 2013, mas serão realizados eventos ao longo de todo o mês de setembro. Se pretender participar, siga a campanha no Facebook, Twitter ou no Web site dedicado à campanha.

▶ SAIBA MAIS

www.ecday.eu

▶ OPEN DAYS 2013

O ARRANQUE DAS REGIÕES E CIDADES EUROPEIAS RUMO A 2020

O OPEN DAYS, o famoso fórum anual organizado conjuntamente pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana e pelo Comité das Regiões, decorrerá este ano de 7 a 10 de outubro sob o lema «O arranque das regiões e cidades rumo a 2020».

Uma alteração das prioridades, uma alteração dos temas

Durante o período de 2014-2020, a política de coesão terá de enfrentar os desafios da atual situação económica e corresponder às prioridades da estratégia Europa 2020. Terá de rentabilizar mais os pontos fortes das regiões e cidades da UE e direcionar o seu investimento para projetos que visam o crescimento de uma forma sustentável. De modo a refletir a necessidade de tal mudança e o ímpeto antes do arranque do novo período de programação, o OPEN DAYS 2013 será organizado em torno dos três seguintes temas:

- ▶ Gerir a mudança 2014-2020;
- ▶ Sinergias e cooperação;
- ▶ Desafios e soluções.

Workshops/debates: organizadores e conteúdo

Serão organizados *cem workshops/debates* e dois eventos associados, em Bruxelas, pela Comissão, o Comité das Regiões, 200 regiões reagrupadas em 25 parcerias regionais e outros parceiros. Além disso, espera-se que sejam realizados cerca de 400 *eventos locais* entre setembro e novembro em toda a Europa.

- ▶ **Gerir a mudança 2014-2020:** as sessões para debater este problema serão organizadas principalmente pelos peritos da Comissão e serão dedicadas às novas funcionalidades do período de programação de 2014-2020, tal como o *quadro do desempenho* ou os *Planos de Ação Conjunta*.



Nos meses de outubro, o OPEN DAYS acolhe os cerca de 6 000 participantes em mais de 100 workshops, debates, exposições e eventos de trabalho em rede.

- ▶ **Sinergias e cooperação:** os *workshops/debates* irão procurar formas de assegurar as sinergias entre diferentes fundos e políticas nacionais e regionais da UE.
- ▶ **Desafios e soluções:** sendo o mais popular dos três temas, estas sessões consistirão na troca de ideias sobre soluções práticas para desafios regionais e urbanos comuns, tal como o *desemprego jovem*, as *alterações demográficas* e a *mobilidade*.

Os eventos associados especiais relacionados com o terceiro tema irão transpor as fronteiras da UE e centrar-se-ão na cooperação em matéria de política regional entre a UE e as economias globais, nomeadamente o «VIII EU-China High-level Seminar on regional policy co-operation» (VIII Seminário de alto nível entre a UE e a China sobre cooperação na política regional) e o «EU-Japan programme exchange on sustainable urban development» (Programa de intercâmbio entre a UE e o Japão sobre desenvolvimento urbano sustentável).

Universidade OPEN DAYS e o Programa Master Class

LA Universidade OPEN DAYS, organizada pela Comissão e pela Associação de Estudos Regionais, apresenta novas investigações no desenvolvimento regional e urbano. Permite que os académicos e os profissionais troquem opiniões e testem novos conceitos académicos. Oito *workshops* da Universidade



centrar-se-ão na terceira prioridade temática, que será dedicada a tópicos como os problemas urbanos, a governação e as políticas de inovação.

Um dos destaques do OPEN DAYS 2013 será o *Programa Master Class*, lançado pela primeira vez. Este programa reunirá até 75 estudantes e investigadores em início de carreira no campo da política regional provenientes da UE e de países fora da UE. Será preparado um programa específico com académicos de renome para eles. Todos os participantes do OPEN DAYS poderão inscrever-se na sessão de abertura, onde serão apresentados o fundamento e resultado da reforma recente da política, bem como o seu futuro após 2020.

Exposição «100 EU Urban solutions» (100 Soluções Urbanas da UE).

Está a ser preparada uma exposição denominada «100 Soluções Urbanas da UE», que incluirá apresentações dentro do Comité das Regiões e de vários gabinetes de parceiros regionais, bem como uma secção exterior de interligação, organizada pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana. A exposição apresentará projetos de desenvolvimento urbano inspiradores de toda a UE. As informações sobre a exposição poderão ser consultadas no Web site dedicado à exposição, que será lançado em meados de 2013.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

ABERTURA DA INSCRIÇÃO ONLINE
8 de julho de 2013

CONTACTO

Comissão Europeia – regio-opensdays@ec.europa.eu
Comité das Regiões – opensdays@cor.europa.eu

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

No Twitter, siga [@EU_Regional](https://twitter.com/EU_Regional) e [@EU_CoR](https://twitter.com/EU_CoR),
com o hashtag [#euopensdays](https://twitter.com/hashtag/euopensdays)

Flickr: <http://www.flickr.com/photos/opensdays/>

▶ SAIBA MAIS

Web site OPEN DAYS 2013:
www.opensdays.europa.eu

Associação de Estudos Regionais:
<http://www.regionalstudies.org/news/article/open-days-2013>

▶ GARANTIR QUE OS FUNDOS DA UE SÃO CORRETAMENTE DESPENDIDOS

UMA ANÁLISE AO PROCESSO DE AUDITORIA



A política de coesão representa, aproximadamente, um terço do orçamento da UE – aproximadamente 350 mil milhões de euros no período de 2007-2013. Desse montante, a política regional é a maior financiadora. Para garantir que este financiamento é corretamente despendido, a Comissão Europeia e as autoridades nacionais têm um processo de auditoria conjunto que, nos últimos anos, tem alcançado resultados significativos.

Um dos fatores-chave para o êxito da política de coesão é a sua abordagem descentralizada e o recurso à gestão de projetos ao nível regional e local onde pode ser mais eficaz.

Embora esta abordagem seja importante para ajudar os Estados-Membros a concretizar o apoio da UE de forma eficaz e a reduzir as disparidades no desenvolvimento regional e social, aumenta o número de organismos envolvidos e a cadeia de controlo. Como consequência, têm de ser aplicados e constantemente acompanhados sistemas de controlo eficazes.

As equipas de auditoria supervisionam os programas de despesa e certificam-se de que o dinheiro é gasto corretamente em conformidade com as regras, tanto ao nível nacional como ao nível da UE.

Responsabilidade partilhada

A despesa da política de coesão é gerida em parceria pela Comissão e pelos 27 Estados-Membros, num sistema denominado «gestão partilhada». A gestão e o controlo da utilização correta do dinheiro são partilhados entre as duas partes.

Um elemento essencial do financiamento da política de coesão é a sua descentralização, com os Estados-Membros e as regiões a assumirem o papel principal na decisão de como o dinheiro deve ser utilizado e a responsabilidade de o gerir corretamente.

A chave para tornar esta parceria eficaz reside no elevado nível de formação e de orientação facultado pelos peritos da

CONTRATOS PÚBLICOS E ELEGIBILIDADE – CALCULAR OS ERROS NOS PROGRAMAS DO FUNDO DE COESÃO E FEDER

Um erro é qualquer infração das regras na utilização dos fundos da política de coesão. Porém, um erro não significa que os fundos tenham desaparecido, se tenham perdido ou tenham sido desperdiçados. Um erro não significa fraude.

Ao contrário dos erros, que são, na sua essência, falhas não intencionais, a fraude implica um logro intencional. Apenas uma percentagem marginal (0,26% para o período de 2000-2006) dos fundos da política de coesão tem sido objeto de suspeitas de fraude.

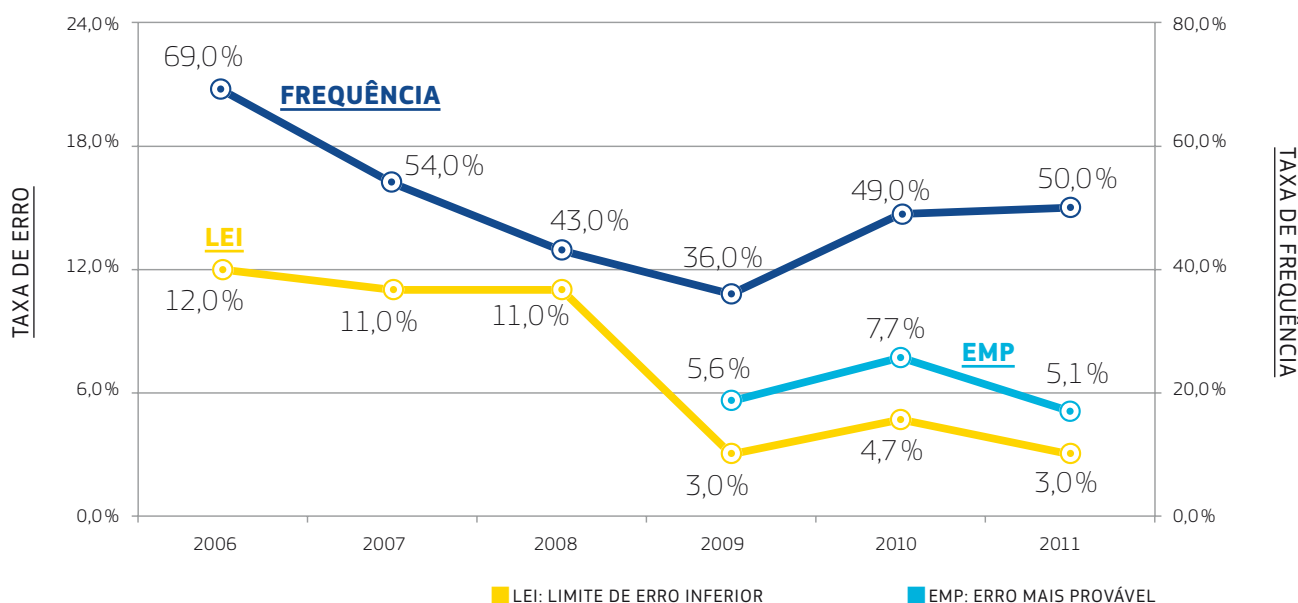
No que respeita ao FEDER e ao Fundo de Coesão, os erros são maioritariamente encontrados nas áreas dos contratos públicos e da elegibilidade. Conforme apresentados pelo Tribunal de Contas Europeu nos seus Relatórios Anuais, estes tipos de erros representam:

- ▶ Contratos públicos: 44% de erros quantificados em 2011 (média de 40% no período de 2006-2010);
- ▶ Elegibilidade: 56% de erros quantificados em 2011 (60% de média no período de 2006-2010).

Os erros típicos na despesa do FEDER e do Fundo de Coesão estão relacionados com o seguinte:

- ▶ Na área dos contratos públicos: a avaliação inadequada de propostas, a ausência de concursos ou a utilização de processos de concursos incorretos;
- ▶ Na área da elegibilidade: a seleção incorreta de projetos ou a declaração de custos não elegíveis, incluindo custos incorridos antes da inclusão do projeto em programas cofinanciados («projetos retrospectivos»).

▶ Resultados da coesão no período de 2006-2011 (FEDER, Fundo de Coesão e FSE), conforme apresentados pelo Tribunal de Contas



Comissão, para garantir que todos os envolvidos nos programas de financiamento compreendem devidamente as regras que se aplicam. De igual modo, têm de existir controlos eficazes para detetar e corrigir quaisquer irregularidades e impedir tentativas de fraude.

Risco inerente

Visto que os programas são executados por muitas organizações e envolvem um grande número de projetos diferentes, existe um risco inerente de serem cometidos erros.

A função de controlo e auditoria é uma parte essencial do processo de financiamento, para garantir que os erros são detetados atempadamente. Quando forem detetados, são corrigidos e o orçamento da UE é protegido.

Os Estados-Membros têm colocado em prática sistemas de gestão e controlo, para assegurar o cumprimento das regras de financiamento e atingir os objetivos da política do programa em questão.

A Comissão reduziu significativamente a taxa de erro em 2011 em comparação com o período de programação anterior





A Comissão é responsável pela execução do orçamento da UE. Dentro da área dos Fundos Estruturais, os programas são executados num sistema de gestão partilhada, em que a Comissão tem uma responsabilidade conjunta com os Estados-Membros de garantir que os fundos da UE são despendidos corretamente.



Todos os anos, são realizadas aproximadamente 90 auditorias pela nossa equipa de 50 auditores operacionais. Acreditamos que o apoio que prestamos às equipas de auditoria nacionais em termos de formação e aconselhamento é bastante apreciado.

Conforme destacado pelo TCE durante a reunião do Grupo dos Homólogos no ano passado em Vilnius, onde estiveram presentes todas as Autoridades de Fiscalização, os comentários das Autoridades de Fiscalização refletiram o relacionamento positivo e cooperativo que desenvolvemos com os nossos colegas dos Estados-Membros no sentido de garantir conjuntamente que o dinheiro dos contribuintes é utilizado de forma correta e eficaz.»

Lena Andersson Pench – Diretora de Auditoria, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Comissão Europeia



(2006-2008), conforme apresentado pelo Tribunal de Contas Europeu (ver caixa), e continuam a ser empreendidos esforços para manter o bom desenvolvimento. Até à data, esta situação tem sido possível, graças à estreita cooperação e coordenação com as autoridades de fiscalização, para garantir a atempada deteção e solução de problemas já ao nível nacional, a ações orientadas para os programas e/ou Estados-Membros de maior risco e a uma abordagem rigorosa da Comissão no que respeita à utilização sistemática de interrupções e suspensões e a correções financeiras, quando necessário.

A redução da taxa de erro para zero é, provavelmente, uma meta irrealista ou, na prática, uma tentativa demasiado dispendiosa em termos administrativos. Contudo, a Comissão adota uma abordagem de «tolerância zero» quando é detetada uma irregularidade.

Seleção de auditorias através da avaliação de risco

Com 27 administrações nacionais (brevemente 28, com a adesão da Croácia), centenas de milhares de projetos e muitos níveis de gestão regional e local, a equipa de auditoria da Comissão Europeia em Bruxelas tem de selecionar cuidadosamente onde concentrar o seu tempo e recursos e essa decisão é tomada através de um processo de avaliação de risco.

Este processo realizado por cada departamento da Comissão envolvido nos Fundos Estruturais identifica as regiões e os programas de maior risco onde os recursos devem ser concentrados, tendo também em conta resultados, capacidades e estratégias de auditoria nacionais.

Conforme indicado acima, a experiência tem demonstrado que a maioria dos erros tende a ocorrer nas áreas dos contratos públicos e da elegibilidade, pelo que estas recebem uma atenção especial.

Recursos limitados

Esta abordagem seletiva é essencial, dado que os recursos de auditoria da Comissão são limitados. Só para a Direção-Geral da Política Regional e Urbana, existem 317 Programas Operacionais ao longo do período de 2007-2013 e a Direção-Geral tem apenas 50 auditores operacionais para abranger a atividade dos Fundos Estruturais na área da política regional. Além disso, são necessários recursos consideráveis para fazer face à coordenação, questões horizontais, relações com o Tribunal de Contas Europeu, questões jurídicas, procedimentos de interrupções/pré-suspensões e o processo de quitação.

Auditoria em ação

Dado que os programas de financiamento são plurianuais (2007-2013), os controlos e as auditorias são realizados antes, durante e após o dinheiro ser gasto ao longo do período de vários anos.

A abordagem que consiste em utilizar uma estratégia de auditoria seletiva «baseada no risco», conjugada a formação de equipas de auditoria nacionais, tem provado ser eficiente e eficaz.

Entre outros tipos de auditorias, foram realizadas mais de 160 missões de auditoria no local por auditores da Direção-Geral da Política Regional e Urbana durante o período de

2009-2012, para verificar a fiabilidade do trabalho de auditoria realizado pelas autoridades de fiscalização nacionais. O trabalho conjunto com as equipas de auditoria nacionais contribui de forma significativa para desenvolver a sua compreensão, a reforçar a capacidades das autoridades de fiscalização específicas e a melhorar significativamente a qualidade do seu trabalho e a fiabilidade dos resultados (ver seguinte).

O próprio processo ajuda a reduzir os erros a médio prazo, fortalecendo a competência ao nível nacional.

Principais agentes no Sistema de Controlo e Gestão

Qualquer Autoridade de Gestão do programa ao nível nacional ou regional representa o primeiro nível de controlo e tem a responsabilidade crucial de garantir que o programa é executado de forma eficaz e correta.

Esta Autoridade tem de aconselhar os beneficiários sobre o que têm de fazer para cumprir os requisitos do financiamento e colocar em prática controlos internos para verificar se as despesas apresentadas pelos beneficiários estão em ordem.

Tem a responsabilidade principal de acompanhar a execução do programa, verificar documentos, como listas de faturas e relatórios anexados aos pedidos de pagamentos de promotores de projectos, e enviar à Comissão relatórios anuais de desempenho.

O segundo nível de controlo central nos Estados-Membros é a Autoridade de Certificação, que tem de certificar à Comissão que as despesas declaradas para reembolso estão exatas e cumprem as regras nacionais e da Comunidade aplicáveis.

A Autoridade de Fiscalização de um programa operacional é responsável, nomeadamente, por garantir que são realizadas auditorias para verificar o funcionamento eficaz do sistema de controlo e gestão do programa operacional e que são realizadas auditorias às operações com base numa amostra adequada para verificar as despesas declaradas.

No nível seguinte, a auditoria é realizada por organismos da UE para examinar o funcionamento geral de sistemas de controlo nacionais. Porém, as auditorias não conseguem compensar controlos de primeiro nível ineficazes ou a falta de verificação antes da certificação das despesas, pelo que o trabalho a nível nacional é de extrema importância.

O conceito de auditoria única – confiar nas auditorias nacionais

A Direção-Geral da Política Regional e Urbana dedicou recursos de auditoria consideráveis, entre 2009 e 2012, para um inquérito de auditoria de avaliação da fiabilidade de 41 autoridades de fiscalização nacionais responsáveis pela auditoria de mais de 96% do financiamento do FEDER.

Identificar os pontos em que os sistemas de controlo e gestão nacionais são eficazes permite que a Comissão concentre os seus recursos de auditoria relativamente limitados onde são mais necessários.

Como resultado desta avaliação, verificou-se que aproximadamente 51 programas sob a responsabilidade de auditoria de 15 destas autoridades de fiscalização cumprem os padrões exigidos, sendo, por conseguinte, designados como uma prioridade de auditoria reduzida. Como resultado, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana aplicou integralmente o Conceito de Auditoria Única para estes programas, em conformidade com os Regulamentos CE (Artigo 73.º do Regulamento (CE) N.º 1083/2006).

A decisão de confiar no parecer de auditoria fornecido pela autoridade de fiscalização nacional não impede que a Comissão realize no futuro trabalho de auditoria no local para estes programas.

O processo de auditoria da Direção-Geral levou claramente a uma melhoria significativa no trabalho das autoridades de fiscalização e, como tal, reduziu consideravelmente o risco de controlo das autoridades de fiscalização analisadas, conforme demonstrado pelas taxas de erros reduzidas.

Para além disso, estas recomendações das auditorias exigiram que algumas autoridades de fiscalização abrangessem de forma mais eficaz áreas de risco específicas conhecidas, como os contratos públicos, os instrumentos financeiros e o auxílio estatal.

A Comissão forneceu às autoridades de fiscalização orientações específicas, como listas de controlo temáticas ou quadros de auditoria (auditorias de sistemas, instrumentos financeiros), que ajudarão a harmonizar os métodos de auditoria utilizados nestas áreas de elevado risco.

Partilhar recursos de auditoria internos

Para se obter uma melhor utilização dos próprios recursos de auditoria da Comissão, o conhecimento e a experiência obtidos noutras áreas de financiamento, como o emprego e as pescas (Direções-Gerais de Emprego, dos Assuntos Sociais e Inclusão e dos Assuntos Marítimos e da Pesca), estão a ser acumulados através de uma cooperação mais estreita.

O objetivo passa por aumentar as sinergias entre as equipas de auditoria, através da partilha da avaliação de risco, de recursos e planos de auditoria. O resultado será um trabalho de auditoria partilhado em áreas selecionadas.

Adotar medidas – o «Comité de Interrupções»

Quando são detetados problemas, a Comissão dispõe de uma «sucessão» progressiva de ações que pode executar para proteger os fundos da UE, ações essas que vão desde cartas de



EXEMPLOS DO TIPO DE CASOS DE FRAUDE ENCONTRADOS NOS FUNDOS ESTRUTURAIS

- ▶ «Falsas declarações ou documentos falsos» – documentos falsos ou falsificados ou ausência de documentos comprovativos.
- ▶ «Financiamento duplo» – imputação intencional de despesas de dois fundos em simultâneo.
- ▶ Conflito de interesses – um interesse financeiro não revelado numa operação ou contrato.
- ▶ Infração das regras dos contratos públicos – projetos atribuídos de forma consciente sem terem sido cumpridas as regras nacionais e da UE.
- ▶ Ação não aplicada, não concluída ou não realizada de acordo com as regras.



advertência, até à suspensão de pagamentos e imposição de correções financeiras, sempre que necessário.

Estas ações são acompanhadas semanalmente pelo «Comité de Interrupções» interno em matérias relacionadas com a Direção-Geral da Política Regional e Urbana. O Comité consegue agir de forma rápida e consistente em todos os casos, independentemente de o problema ter sido identificado pela Comissão ou pelos auditores dos Estados-Membros.

Efetua o acompanhamento de casos em curso, aborda casos problemáticos e assegura a adoção atempada de decisões, bem como uma igualdade de tratamento entre os Estados-Membros.

Em 2012, 136 programas foram afetados pelas decisões do Comité, tendo resultado na emissão de 189 advertências ou interrupções de pagamentos para estes programas. Foram emitidas 66 cartas de pré-suspensão, o que significa que os programas estavam a um passo de uma decisão de suspensão formal. Dessas 189 advertências ou interrupções, 119 casos foram resolvidos antes do final do ano. Em 2012, foram adotadas 2 decisões de suspensão.

Conforme indicado anteriormente, a posição firme adotada em termos de interrupções é um fator-chave na redução da taxa de erros em políticas regionais.

Novos Estados-Membros

É importante dotar os novos Estados-Membros das competências e da capacidade para implementar corretamente atividades de auditoria e despesa. É aqui que o reforço de capacidades se torna necessário e, como no caso da futura adesão da Croácia, a Comissão tem trabalhado em estreita

colaboração com equipas de auditoria nacionais para as familiarizar totalmente com os processos.

2014-2020 – um sistema de execução melhorado

Durante o período de programação de 2014-2020, a Comissão deseja reduzir o número de autoridades envolvidas. Propõe-se que os Estados-Membros assumam uma maior responsabilidade e obrigação pela utilização correta do financiamento.

A Comissão continuará a contar com as auditorias das autoridades nacionais com melhor desempenho e a concentrar as suas próprias operações de auditoria nas autoridades com desempenho mais fraco.

Quando forem detetados problemas, a Comissão continuará a interromper e a corrigir pagamentos, sempre que necessário, e a reter 10% dos pagamentos intercalares até que seja obtida uma garantia adequada através da aceitação anual das contas do programa.

Além do mais, a gestão de dados eletrónica em todos os níveis irá reduzir a carga administrativa dos beneficiários e ajudará a diminuir o número de erros. De igual modo, uma utilização mais abrangente de custos simplificados deverá produzir o mesmo efeito.

Prevenção da fraude na política de coesão

É essencial que as autoridades de gestão efetuem uma gestão adequada de quaisquer riscos de fraude através de avaliações de riscos e de medidas de prevenção, deteção e correção.

A fraude é, por natureza, secreta e oculta e pode não ser detetada nem denunciada. Relativamente aos gastos totais, o seu impacto é reduzido e as medidas de acompanhamento e de controlo, cuja eficácia aumenta de forma constante, estão a controlá-los. A Comissão incentiva os Estados-Membros a adotarem uma postura de tolerância zero relativamente à fraude.

Segundo as disposições atuais, os Estados-Membros são obrigados a denunciar casos de irregularidades que envolvam mais de 10 000 euros dos fundos da UE em intervalos trimestrais à Organização Europeia de Luta Antifraude (OLAF) e a comunicar suspeitas de casos fraudulentos.

Uma vez por ano, os Estados-Membros também têm de fornecer à Comissão valores agregados sobre todas as correções realizadas no ano anterior, incluindo as que se encontram abaixo do limiar para denúncia à OLAF.

Indicadores de fraude

A Comissão elaborou um conjunto de «bandeiras vermelhas» – ou indicadores de fraude – onde são destacadas situações

de risco de irregularidades ou suspeita de fraude. Estão referenciados cerca de 20 tipos de esquemas fraudulentos comuns e recorrentes. Estes esquemas estão relacionados com o processo de contratos e contratação pública, encargos no trabalho e serviços de consultadoria.

Entre estes casos, inclui-se, por exemplo, a divisão de uma aquisição em segmentos a fim de evitar os limiares obrigatórios para uma licitação competitiva. Outra bandeira vermelha poderia ser um caso de um funcionário da parte contratante com um interesse paralelo numa operação cofinanciada que poderia levar a um conflito de interesses.

Avaliação de risco

Com base nas avaliações de risco, a OLAF desenvolveu uma metodologia de avaliação de risco de fraude. Esta avaliação permitiu que as autoridades nacionais e a OLAF identificassem vários casos suspeitos de fraude e que fossem abertas investigações.

Apoio aos Estados-Membros nos seus esforços de prevenção e deteção de fraudes

A Comissão irá disponibilizar, de forma voluntária, uma ferramenta de prospeção de dados específica que criou, denominada ARACHNE, às autoridades de gestão a partir de 2013, de modo a identificar projetos suscetíveis de riscos de fraude. A ARACHNE é uma ferramenta de classificação de risco que pode melhorar a eficácia da seleção de projetos e das verificações ao nível da gestão, bem como reforçar a deteção e prevenção de fraudes. A ferramenta será lançada gradualmente em 2013.

Estratégia Antifraude Conjunta

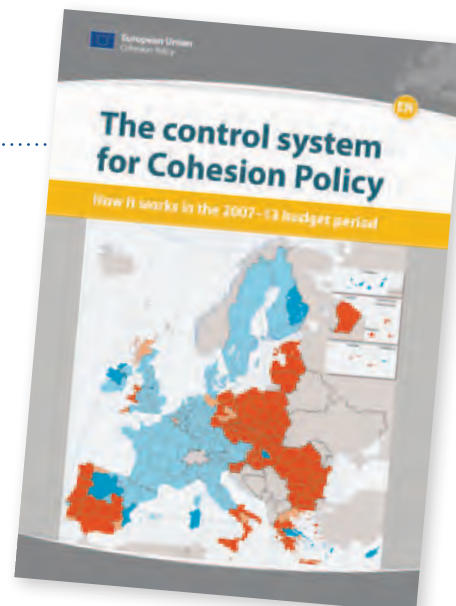
As operações dos serviços da Comissão para a política regional, de emprego e pescas (Direções-Gerais da Política Regional e Urbana, de Emprego, dos Assuntos Sociais e Inclusão e dos Assuntos Marítimos e das Pescas) têm um papel importante a desempenhar na proteção da UE contra possíveis fraudes e definiram uma Estratégia Antifraude Conjunta.

Esta Estratégia centra-se na prevenção da fraude, mas também trata de outros aspectos através de uma abordagem holística que é necessária para combater a fraude com êxito. A Estratégia passa por reunir todos os seus recursos e por um plano de ação com medidas operacionais.

O objetivo estratégico do plano conjunto consiste no reforço da avaliação do risco de fraude e da sensibilização para a fraude, facultando orientação e apoio aos Estados-Membros.

A combinação desta análise com a própria experiência operacional da OLAF resulta em informações valiosas que ajudam as autoridades responsáveis pela gestão dos Fundos da UE a prevenir e a detetar fraudes.

Reconhece que uma investigação de elevado perfil de atos potencialmente fraudulentos tem um efeito dissuasor nos infratores. Além disso, recusar aos infratores a oportunidade de cometerem fraude é a forma mais rentável de diminuir o impacto da fraude na sociedade.



▶ SAIBA MAIS

Disponível em 22 línguas

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/audit2009/audit2009_pt.pdf

▶ UM EXERCÍCIO DE EQUILÍBRIO

CONTROLO DO AUXÍLIO ESTATAL E POLÍTICA REGIONAL



Desenvolvimento no aeroporto de Frankfurt, na Alemanha.

As regras do auxílio estatal da UE estão atualmente a ser objeto de um processo de revisão substancial. Até finais de 2013, quase todos os quadros, orientações e regulamentos do auxílio estatal serão substituídos por novas regras que incorporam critérios de compatibilidade comuns. Este processo de modernização do auxílio estatal oferece a oportunidade de prosseguir o alinhamento das regras do auxílio estatal com a política de coesão e de simplificar as regras. As novas leis têm de encontrar o equilíbrio certo entre a estratégia Europa 2020 para o crescimento e o emprego e a necessidade de limitar as distorções da concorrência.

Os projetos cofinanciados estão sujeitos às regras do auxílio estatal

Uma das principais características da política regional da UE é que os Estados-Membros e/ou as autoridades regionais selecionem os projetos de financiamento que promovam a coesão social e económica nos seus territórios. Sendo o financiamento da UE disponibilizado aos Estados-Membros através da gestão partilhada, este é tratado, para efeitos de auxílio estatal, como um recurso nacional. Como consequência, os projetos cofinanciados têm de cumprir as regras do auxílio estatal.

Ao criar programas e projetos, os Estados-Membros devem ter em conta que a execução está sujeita às regras do auxílio estatal.

Metas da modernização do auxílio estatal

Perante a conjuntura da agenda Europa 2020 para o emprego e o crescimento, o objetivo do processo de modernização do auxílio estatal em curso consiste em promover um auxílio bem concebido e orientado para as falhas do mercado e as metas de interesse comum à Europa, centrar a aplicação em casos com maior impacto no mercado interno, simplificar as regras do auxílio estatal e obter um processo de tomada de decisões mais rápido.

Para este efeito, pretende-se implementar «princípios comuns» na compatibilidade do auxílio estatal em todos os quadros, orientações e regulamentos do auxílio estatal. Os princípios comuns incluem verificações para garantir que:

- ▶ O auxílio visa um objetivo comum;
- ▶ Existe uma falha de mercado comprovada;
- ▶ O auxílio tem um efeito de incentivo real;
- ▶ O auxílio está limitado ao que é necessário;
- ▶ É escolhido o instrumento de auxílio mais adequado.

A revisão das Orientações Relativas aos Auxílios com Finalidade Regional

Todas as áreas da legislação relativa ao auxílio estatal são relevantes para a execução da política regional. Contudo, é inequívoco que as Orientações Relativas aos Auxílios com Finalidade Regional são particularmente importantes, dado que estabelecem as regras ao abrigo das quais é avaliado o auxílio estatal para promover o desenvolvimento económico de áreas desfavorecidas.

A Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia publicou um primeiro projeto das novas Orientações Relativas aos Auxílios com Finalidade Regional. Pretende-se que estas orientações sejam adotadas no verão de 2013. As novas regras deverão ser aplicadas em 2014.

As Orientações Relativas aos Auxílios com Finalidade Regional provisórias incluem várias simplificações para medidas de política de coesão em comparação com os requisitos de outros auxílios regionais. Nomeadamente, reconhece-se que as estratégias de desenvolvimento regional definidas no contexto dos Fundos Europeus contribuem para um objetivo comum. De igual modo, no caso das regiões no mapa de auxílios regionais, considera-se que existe uma falha de mercado. O documento provisório prevê igualmente que não são necessárias verificações adicionais para a adequação de um instrumento de auxílio quando o auxílio/projeto executa um Programa Operacional.

Como abordar as especificidades da Cooperação Territorial Europeia

A Cooperação Territorial Europeia é um dos objetivos da política de coesão; visa fortalecer a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional. Trata-se de uma especificidade da Cooperação Territorial Europeia na qual estão envolvidos parceiros de, pelo menos, dois países – o que resulta em várias dificuldades práticas para assegurar a conformidade dos programas com o auxílio estatal.

Nesta conformidade, é desejável que as novas Orientações Relativas aos Auxílios com Finalidade Regional propostas procurem abordar estas dificuldades definindo um limite máximo de auxílio comum para os projetos. Deste modo, os programas poderão definir intensidades de auxílio uniformes para todos os parceiros de um projeto de Cooperação Territorial Europeia, incluindo empresas comerciais.

O novo Regulamento Geral de Isenção por Categoria

A revisão do Regulamento Geral de Isenção por Categoria é outra parte importante da modernização do auxílio estatal. O regulamento é uma ferramenta importante para a simplificação da aplicação das regras do auxílio estatal, dado que o apoio para os projetos não necessita de ser notificado para efeitos de autorização do auxílio estatal se cumprir as regras do Regulamento Geral de Isenção por Categoria.

A Comissão publicou recentemente um primeiro projeto do novo Regulamento de Isenção por Categoria. Pretende-se que o novo Regulamento de Isenção por Categoria seja adotado em 2013 ou no início de 2014.

Um novo Quadro para Investigação, Desenvolvimento e Inovação

O Quadro do auxílio estatal para Investigação, Desenvolvimento e Inovação é extremamente relevante para garantir uma implementação eficaz da estratégia Europa 2020 para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Nomeadamente, os objetivos da Comissão no apoio às estratégias de especialização inteligente, incluindo, se relevante, Tecnologias Facilitadoras Essenciais (TFE), serão concretizados dentro dos limites definidos por este quadro. É, portanto, conveniente aproveitar a oportunidade da modernização do auxílio estatal para examinar meios eficazes para implementar TFE, bem como projetos de investigação, desenvolvimento e inovação.

A Direção-Geral da Concorrência publicou um Documento de Análise com reflexões sobre a reforma do Quadro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação. Deverá estar disponível um primeiro projeto do novo Quadro no verão de 2013.

E no que diz respeito aos projetos de infraestruturas?

O Tribunal de Justiça Europeu confirmou que o apoio à construção de infraestruturas está sujeito ao controlo do auxílio estatal se a infraestrutura for utilizada para fins económicos. Por conseguinte, é necessário verificar a conformidade com o auxílio estatal de um elevado número de projetos de infraestruturas.

Os serviços da Comissão estão cientes de que a análise dos projetos de infraestruturas necessita de ser otimizada e simplificada. As denominadas grelhas analíticas podem ajudar as autoridades de gestão a avaliar se um projeto de infraestrutura necessita de ser notificado para efeitos de autorização do auxílio estatal. Além disso, pode esperar-se que o atual processo de modernização do auxílio estatal reduza ainda mais a necessidade de notificações de projetos de infraestruturas e facilite a avaliação do auxílio estatal.

▶ SAIBA MAIS

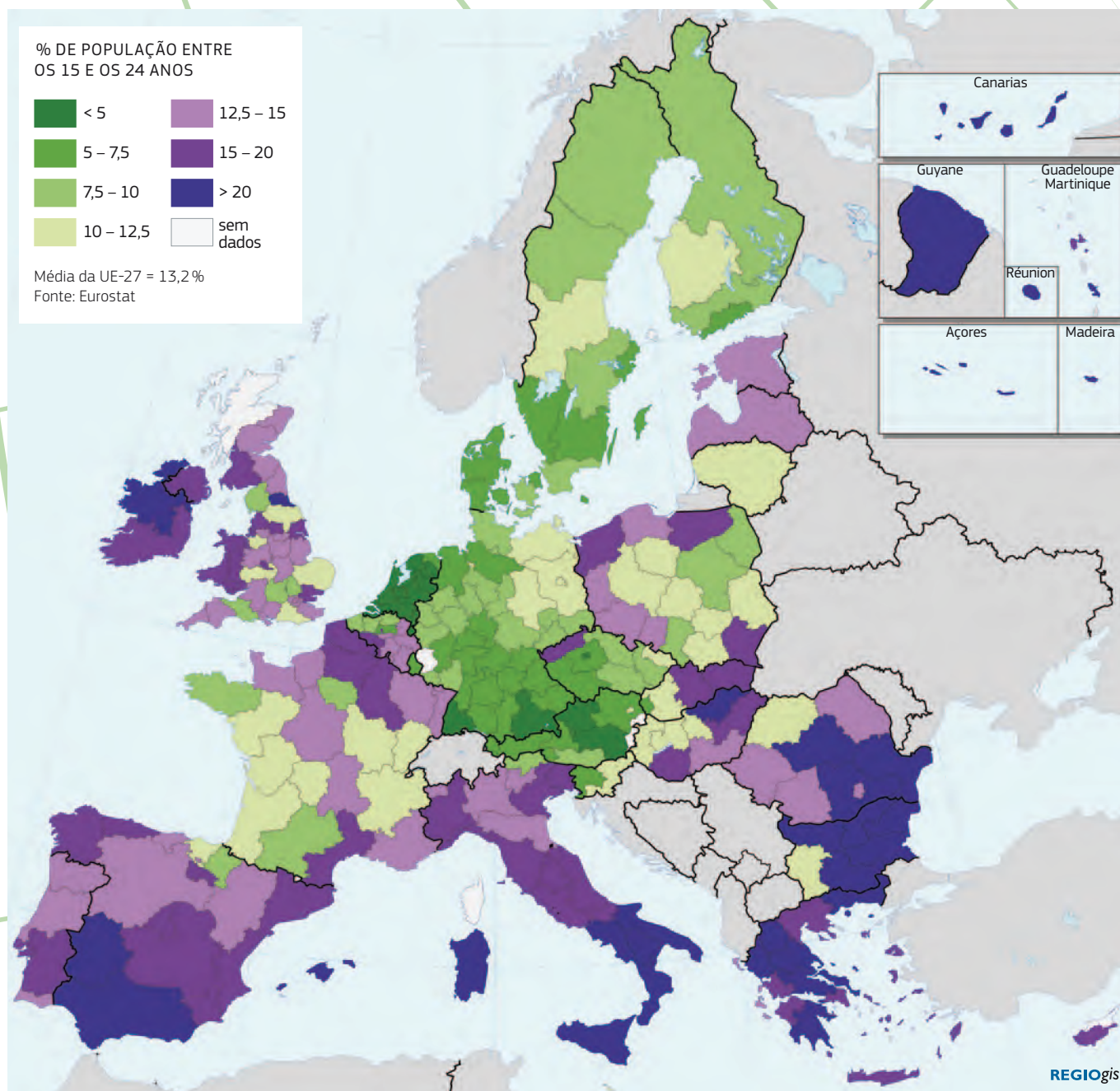
Orientações Relativas aos Auxílios com Finalidade Regional provisórias:
http://ec.europa.eu/competition/consultations/2013_regional_aid_guidelines/paper_pt.pdf

Regulamento Geral de Isenção por Categoria provisório:
http://ec.europa.eu/competition/consultations/2013_gber/index_en.html

Issues Paper on the reform of the Research Development and Innovation Framework (Documento de Análise sobre a reforma do Quadro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação):
http://ec.europa.eu/competition/state_aid/legislation/rdi_issues_paper.pdf

TAXA «NEET» 2012

SEM EMPREGO, ESTUDOS OU FORMAÇÃO
(NEET – NOT IN EMPLOYMENT, EDUCATION OR TRAINING)
POPULAÇÃO ENTRE OS 15 E OS 24 ANOS

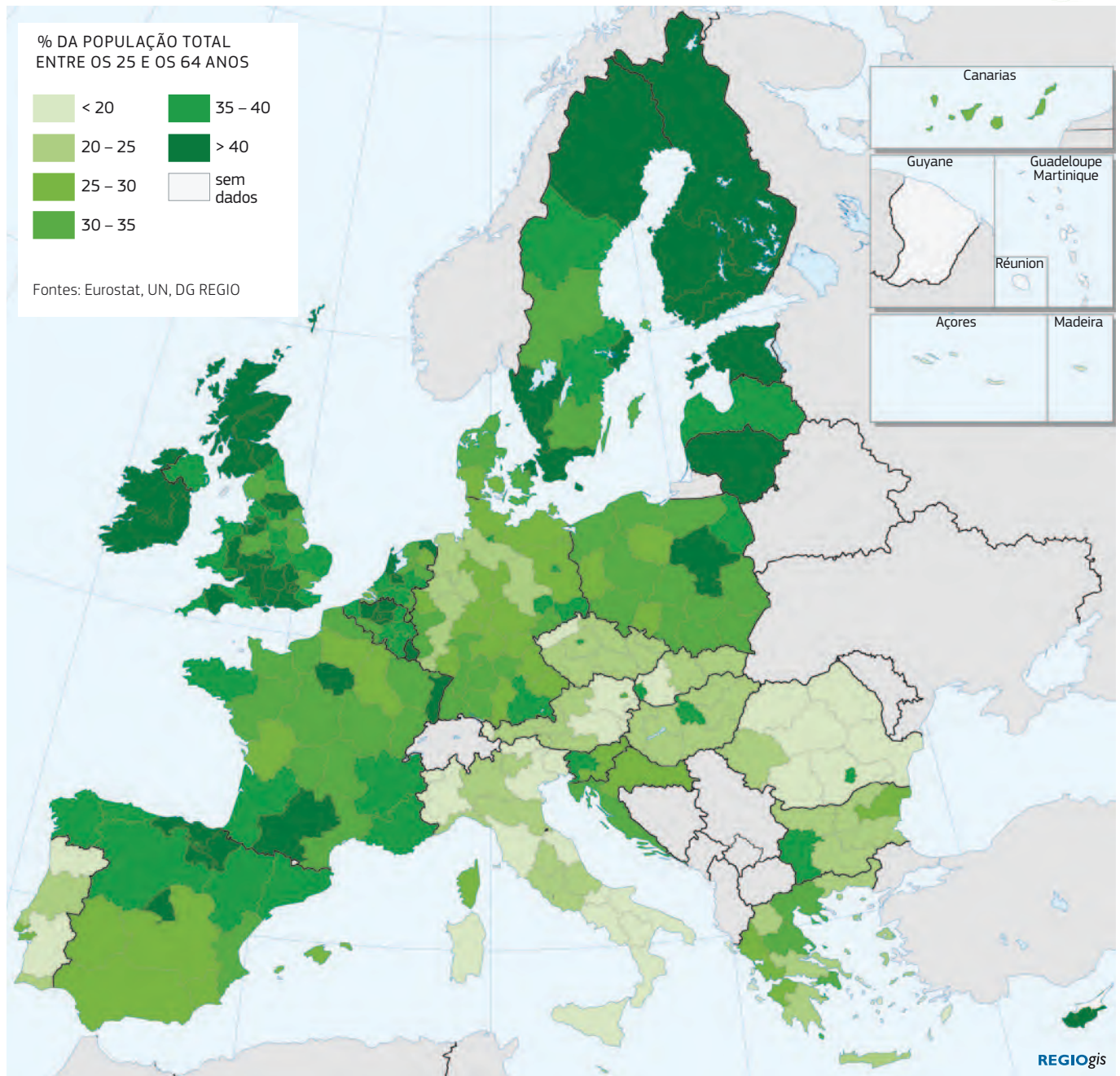


Este grupo, provavelmente, é composto por pessoas que abandonaram a escola precocemente e que não devem ter um curso superior. A Europa 2020 visa reduzir a percentagem de abandonos escolares precoces e aumentar a percentagem de licenciados até 2020. As disparidades nas taxas NEET entre as regiões da UE-27 são acentuadas, com diferenças até 12 vezes entre regiões com as taxas NEET mais

elevadas (36% em Severozapaden, na Bulgária) e as mais reduzidas (3% em Praga, na República Checa). As regiões onde, pelo menos, 1 em cada 5 jovens estão classificados como NEET podem ser encontradas na Bulgária, Roménia, sul de Itália, sul de Espanha e Grécia. Apenas 16 das 268 regiões têm taxas NEET abaixo dos 5%. Estas regiões estão principalmente localizadas na Holanda, Áustria e Alemanha.

▶ FREQUÊNCIA ESCOLAR

PERCENTAGEM PREVISTA DE POPULAÇÃO ENTRE OS 25 E OS 64 ANOS COM EDUCAÇÃO SUPERIOR, EM 2020



Prevê-se que este grupo populacional cresça de 26% em 2010 para 32% em 2020. Em 2020, sete regiões terão percentagens acima dos 50%: o centro de Londres, as regiões do Reino Unido que incluem Oxford e Aberdeen, as duas regiões que circundam Bruxelas, o País Basco, em Espanha, e Estocolmo. Estas regiões serão particularmente atrativas para empresas que estejam à procura de uma força de trabalho altamente qualificada. No extremo oposto, 32 regiões terão uma percentagem inferior a 20% em 2020. Estas

regiões estão principalmente localizadas na Itália, Portugal, Áustria e Roménia. As regiões das capitais tendem a ter a percentagem mais elevada de licenciados e, em alguns países, a diferença para a região com a segunda percentagem mais elevada é bastante acentuada. A diferença é superior a dez pontos percentuais em nove países. Este facto torna a região da capital bastante mais atrativa para empresas com uma forte componente de conhecimento.

▶NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

PERSPETIVAS REGIONAIS E NACIONAIS
SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO

A *Panorama* agradece o seu contributo!

«Nas suas próprias palavras» é uma rubrica da *Panorama* que convida os principais «consumidores» da política de coesão a nível nacional e regional a fazer ouvir a sua voz e a dar a sua opinião sobre a política europeia em curso a nível local, seja através de um parecer centrado nos resultados e êxitos atuais ou de uma perspetiva sobre os preparativos para o período de programação seguinte.

Com mais de 270 regiões nos 28 Estados-Membros, cada uma com a sua própria história económica e cultural e manifestando necessidades específicas, é importante que os decisores políticos, os administradores e os dirigentes a todos os níveis estejam cientes do verdadeiro impacto da política de coesão a nível dos cidadãos.

Nesta edição, a *Panorama* apresenta a opinião de quatro Estados-Membros e regiões sobre a política de coesão. A região da Morávia-Silésia, na República Checa, e a Flandres, na Bélgica, dão a conhecer as suas perspetivas relativamente aos planos para a aplicação dos Fundos Estruturais no próximo período de programação de 2014-2020, com base na sua experiência em programas atuais. Por outro lado, a região da Saxónia, na Alemanha, e a Suécia apresentam a sua abordagem, com ênfase em iniciativas de êxito particulares.

A *Panorama* agradece o seu contributo, que poderá ser incluído em futuras edições:

▶regio-panorama@ec.europa.eu

▶REPÚBLICA CHECA

▶A REGIÃO DA MORÁVIA-SILÉSIA APOSTA NUM INVESTIMENTO MAIS INTELIGENTE PARA O SEU FUTURO

O investimento europeu está a ajudar a região da Morávia-Silésia na sua transformação socioeconómica fundamental. A região tem sido objeto de uma reestruturação industrial significativa nos últimos anos, cujas consequências ainda estão a ser sentidas, e está à procura de uma nova imagem. A recuperação económica está a beneficiar do financiamento do Programa Operacional Regional (POR) para a Morávia-Silésia, que está a ser investido de forma eficaz, permitindo um retorno económico de 11%. À medida que a região perspetiva o futuro, utilizará os fundos europeus de uma forma ainda mais inteligente. O Smarter Region Programme (Programa Região Mais Inteligente) existe para ajudar neste processo.

A região é conhecida pelos seus contrastes – as lindas paisagens de Jeseníky, Beskydy e Poodří e o ambiente poluído que rodeia antigas minas e siderurgias. O passado deixou aqui uma herança industrial tangível e intangível. Os monumentos industriais estão localizados junto a zonas industriais abandonadas e o desemprego é elevado, apesar de a força de trabalho ser altamente qualificada e relativamente barata. O ensino é ministrado pelas universidades, com a Faculdade de Exploração Mineira – Universidade Técnica de Ostrava a ocupar uma posição de destaque.

Os fundos do POR para a Morávia-Silésia no período de 2007-2013 estão a ser utilizados para melhorar a infraestrutura básica, os serviços e a vida social. Um exemplo é o restauro de um dos monumentos e símbolos mais importantes da



Projeto de desenvolvimento e arquitetura na área pós-industrial de New Vítkovice, na cidade de Ostrava, Morávia-Silésia.

metrópole de Ostrava. A antiga zona industrial da Área Inferior de Vítkovice acolhe agora importantes eventos culturais e educativos, enquanto o Mundo da Tecnologia interativo faz com que a ciência e a tecnologia sejam mais atrativos para os jovens. O Centro de Segurança Integrado, que coordena as atividades e operações de todas as unidades de salvamento e segurança na região, é um investimento regional único.

Atualmente, o Conselho Regional da Morávia-Silésia, que toma as decisões em matéria de financiamento de projetos, não tem receio de apostar em atividades inovadoras. Foi o primeiro organismo na República Checa a implementar o instrumento JESSICA. Foi igualmente a primeira organização checa a atingir o nível de ouro da norma internacionalmente reconhecida «Investors in People». Devido à sua abordagem sistemática e à adoção de boas práticas empresariais na administração pública, a organização recebeu o European Public Sector Award (Prémio Europeu do Sector Público).

No próximo período de programação, a organização pretende aproveitar a experiência e o conhecimento adquiridos no período atual. Para este efeito, criou o Programa Região Mais Inteligente: Morávia-Silésia 2020. O programa visa abrir portas, em cooperação com parceiros regionais, à aplicação eficaz dos fundos europeus, orientada para as necessidades regionais e para os objetivos nacionais e europeus.

O Programa Região Mais Inteligente visa facultar à região uma preparação atempada e de elevada qualidade para a utilização eficaz no futuro dos Fundos Estruturais de 2014, o que irá contribuir significativamente para a melhoria da competitividade na região. O programa está assente em três pilares. O objetivo do primeiro pilar consiste em preparar profissionalmente as pessoas por meio de conferências, seminários e sessões de formação. No segundo pilar, estão a ser preparados novos instrumentos-piloto da política de coesão para a região da Morávia-Silésia. O Conselho Regional, em estreita cooperação com a cidade de Ostrava e os maiores municípios regionais, está a preparar um Investimento Territorial Integrado para a cidade de Ostrava. Entretanto, a região da Morávia-Silésia e a Associação para o Desenvolvimento da Região da Morávia-Silésia estão a preparar um plano de ação

conjunta ou uma estratégia integrada para melhorar os níveis de emprego e de formação da população local. Deverá ser criado um novo plano de ação conjunta orientado para os resultados e em total conformidade com as propostas legislativas europeias. O terceiro pilar visa verificar e apoiar a capacidade de absorção dos principais agentes regionais e pequenos potenciais beneficiários, para que estejam preparados para o próximo período de programação 2014-2020.

Todas estas atividades já foram debatidas e coordenadas ao nível nacional, por exemplo, em mesas redondas de debates construtivos com representantes de autoridades de gestão nacionais futuras, utilizando os primeiros resultados do mapeamento da capacidade de absorção da região e o nível de preparação dos candidatos para o próximo período de programação.

No futuro, a região da Morávia-Silésia pretende ser um bom destino. Está a investir nas condições necessárias para novos investimentos em infraestruturas e na qualidade dos serviços prestados. Está igualmente a afirmar-se no campo das atividades culturais e de lazer. A fama de alguns eventos, como os festivais de música Colours of Ostrava e Ostrava Days, a prestigiada competição de atletismo Golden Spike e os Campeonatos do Mundo de Hóquei de 2015, ultrapassa as fronteiras da região. A população local e os visitantes também são atraídos pela beleza das zonas rurais, a diversidade de centros de spa e a recém-construída rede de pistas para velocípedes.

Daniel Konczynski

*Analista, Programa Operacional Regional para a Morávia-Silésia
Conselho Regional da Região de Coesão da Morávia-Silésia*

▶ SAIBA MAIS

<http://www.rr-moravskoslezsko.eu>
<http://www.smarterregion.com>

▶BÉLGICA

▶ A EUROPA INVESTE, A FLANDRES CRESCE...

Este foi o lema segundo o qual a Flandres lançou o seu programa Objetivo 2 2007-2013. O orçamento de 201 milhões de euros foi dividido entre quatro prioridades: Inovação, empreendedorismo, melhoria do ambiente económico e desenvolvimento urbano sustentável. Aproximando-se o final do programa, foram financiados mais de 450 projetos que criaram ou preservaram mais de 9800 empregos. De igual modo, o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) criou uma alavancagem financeira de mais de 375 milhões de euros para serem investidos na Flandres ao nível regional, provincial, local e privado.

Devido à concentração temática de objetivos prevista, o programa para 2014-2020 será, em certa medida, parecido com o programa atual, criando uma certa continuidade. Os quatro eixos de prioridades escolhidos para o novo programa são: inovação, empreendedorismo, a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono e num desenvolvimento urbano sustentável. Os conceitos de adicionalidade e complementaridade são princípios fundamentais na preparação e execução do novo programa. Deste modo, o FEDER ajudará a Flandres a tornar-se uma região mais inovadora, sustentável e inclusiva até 2020.

O primeiro eixo de prioridade, a inovação, está assente na premissa da especialização inteligente. A região da Flandres é frequentemente citada como um estudo de caso, dado que já ocorreu um processo evolutivo relacionado com o tópico de inovação com o programa «Flanders in Action» (Flandres em Ação) e o «Pact 2020» (Pacto 2020). No novo período de programação, a Flandres investirá em falhas que existem na área da inovação e que não foram abordadas nos instrumentos nem na política flamenga.

No período atual de 2007-2013, mais de 2 700 PME estiveram envolvidas em projetos financiados pelo FEDER. Este envolvimento foi importante para o programa atual e o empreendedorismo continuará a ser um eixo de prioridades importante para a Flandres, centrado no estímulo do empreendedorismo, bem como no crescimento e na internacionalização das PME.

As medidas para estimular a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono complementarão as diferentes iniciativas existentes ao nível local e regional na Flandres. Será dada ênfase aos maiores setores responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa: o sector imobiliário e dos transportes. Dar-se-á especial atenção às PME no sentido de as estimular no campo das energias renováveis e da eficiência energética.



A Europa investe, a Flandres cresce: o livro dos projetos financiados pela UE recentemente lançado.

Devido à forte urbanização na Flandres, prosseguem os esforços no campo do desenvolvimento urbano sustentável. No eixo de prioridades do desenvolvimento urbano, a Flandres trabalhará novamente com as treze maiores cidades em diferentes tópicos que são importantes para o bem-estar urbano. Está a ser dada atenção à adaptação às alterações climáticas, à proteção do ambiente residencial e à revitalização de bairros desfavorecidos.

Werner Van den Stockt

*Chefe da Autoridade de Gestão do Programa do FEDER para a Flandres 2007-2013
Divisão da Economia da Europa,
Flandres Empresarial, Governo Flamengo*

▶SAIBA MAIS

<http://www.agentschapondernemen.be/themas/erdf-flanders>

▶ ALEMANHA

▶ A SAXÓNIA CONTINUARÁ CENTRADA NA INOVAÇÃO, NO CRESCIMENTO E NO EMPREGO, 2014-2020

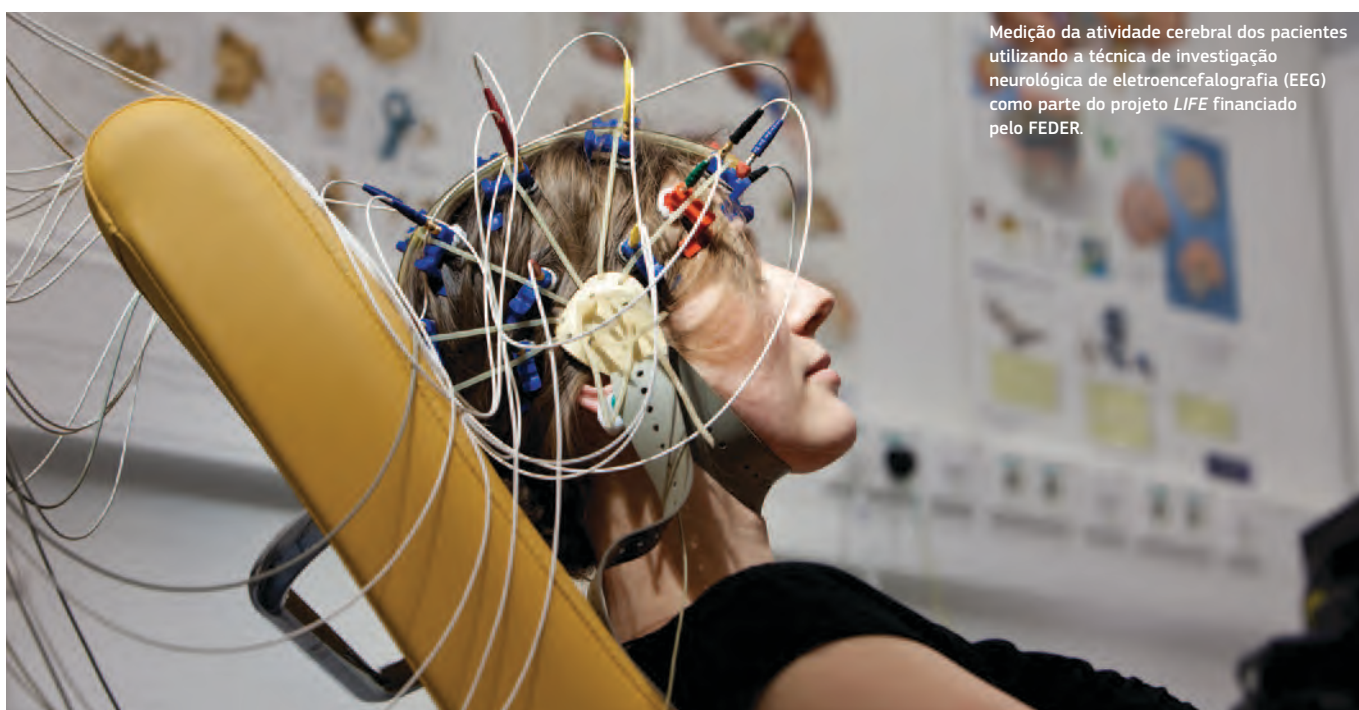
A Saxónia é um estado que se tem desenvolvido de forma particularmente positiva desde a revolução pacífica de 1989, apesar do seu difícil ponto de partida. Atualmente, o Estado Livre da Saxónia goza de uma reputação notável enquanto estado industrial que alberga empresas inovadoras e áreas de crescimento, como a micro e a nanotecnologia, a biotecnologia e o desenvolvimento de novos materiais e tecnologias limpas.

A Saxónia é o estado dos engenheiros. Aqui, inovamos com «I» maiúsculo. É graças a um espírito de investigação e a um forte espírito de empreendedorismo que a Saxónia ocupa uma posição estável, apesar de todos os problemas estruturais que ainda enfrentamos. A Saxónia tem utilizado a sua política económica para fortalecer este espírito através de uma variedade de incentivos e regimes de apoio e, ao fazê-lo, centrou-se na promoção sustentável da competitividade e do emprego.

Em grande medida, o financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) tem sido utilizado neste processo. Ao longo do período de concessão 2007-2013, o Estado Livre da Saxónia tem um valor de 3,1 mil milhões de euros de financiamento do FEDER à sua disposição.

O estado tem utilizado este financiamento para investir na inovação, na economia, em infraestruturas, na educação e no ambiente. Está a ser dada especial atenção ao reforço da Saxónia como um centro para a investigação. Só no período de concessão de 2007-2013, a Saxónia está a investir mais de mil milhões de euros do financiamento do FEDER para apoiar a inovação, a ciência e a investigação. As empresas e os organismos científicos beneficiam igualmente desta situação, à medida que são promovidos projetos de investigação e transferências de tecnologia e são disponibilizados capitais de risco para novas empresas de tecnologia. A profusão de instituições de investigação e complexos dessas instituições, bem como de universidades, que estão a ser estabelecidas na Saxónia demonstra como a atividade de inovação está em ascensão na região. Está a ser prestado um apoio essencial por parte do FEDER a cinco projetos conhecidos como «Iniciativas de excelência estatais». Uma dessas iniciativas de excelência é o complexo de investigação «Life» (Vida).

«Life» é um estudo de saúde em grande escala que analisa a forma como surgem as doenças relacionadas com o estilo de vida. O objetivo do estudo consiste em determinar por que é que muitas pessoas sofrem de tais doenças e outras não. O trabalho dos mais de 150 investigadores envolvidos



Medição da atividade cerebral dos pacientes utilizando a técnica de investigação neurológica de eletroencefalografia (EEG) como parte do projeto LIFE financiado pelo FEDER.

centra-se em doenças do sistema cardiovascular, consequências da obesidade, alergias, diabetes, demência e depressão. Entre 2009 e meados de 2014, 26 500 participantes saudáveis e doentes, adultos e crianças estão a ser estudados e inquiridos no âmbito do projeto, utilizando os métodos clínicos e bioanalíticos mais recentes. No seu trabalho, os investigadores têm em conta as predisposições genéticas dos participantes, bem como os seus estilos de vida e diversos fatores ambientais. O objetivo passa por descobrir de que forma estes fatores interagem para dar origem a doenças relacionadas com o estilo de vida. Estão a ser gastos, aproximadamente, 38 milhões de euros no apoio a este projeto, dos quais cerca de 24,2 milhões são provenientes do FEDER.

Com o apoio da União Europeia, o Estado Livre da Saxónia tem desenvolvido com êxito a sua economia e infraestruturas, bem como o panorama da investigação e educação ao longo dos últimos 20 anos. Ainda assim, há muito caminho a percorrer para eliminar as disparidades noutros Estados-Membros da UE. É por essa razão que, na Saxónia, nos centramos em manter uma política orçamental sólida, sem novas dívidas, em investimentos sustentáveis e em fundos da UE para o período de 2014-2020.

Os desafios futuros da Saxónia estão refletidos nos temas-chave da estratégia Europa 2020: globalização, alterações climáticas, segurança energética e, nomeadamente, alterações demográficas. Com a ajuda do apoio contínuo da União Europeia, um programa «Saxónia 2020» com êxito incidirá na manutenção sustentável da competitividade local e no reforço das bases empresariais, incluindo a qualidade das infraestruturas, na expansão da capacidade de inovação na economia, universidades, administração e sociedade, no desenvolvimento da sua potencial mão-de-obra qualificada, na garantia de um fornecimento energético seguro e acessível e numa educação assente na igualdade de oportunidades. Este objetivo é a base do conceito estratégico segundo o qual será desenvolvido o programa operacional para 2014-2020 no âmbito do FEDER.

Autoridade de Gestão do FEDER

*Ministério dos Assuntos Económicos,
Trabalho e Transportes do Estado da Saxónia*

▶SAIBA MAIS
<http://life.uni-leipzig.de/>

▶SUÉCIA

▶ A COMERCIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

Giraffe é um robô de telepresença que ajuda os idosos a contactar com o mundo exterior. Foi desenvolvido ao abrigo do projeto Robotdalen e teve o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e de outros organismos. Vendido a sete países da UE, o Giraffe é um exemplo de como os resultados da inovação e investigação podem também chegar à fase de produção.

Comercializar os resultados da investigação e inovação e fazer com que cheguem ao mercado é um dos desafios que a Suécia enfrenta antes do próximo período de programação. Esta é uma das conclusões da avaliação de impacto dos oito programas dos Fundos Estruturais regionais na Suécia durante o período de 2007-2013, que foi recentemente apresentada.

Muitos projetos já superaram claramente este desafio no período atual e o Robotdalen é um bom exemplo disso. A missão do projeto é transformar as novas ideias e a investigação na robótica e na automação em êxitos comerciais, com ênfase em soluções para o sector da indústria, dos veículos pesados e da saúde.

A robótica para a saúde vai tornar-se cada vez mais importante devido ao envelhecimento da população, que é um desafio na Suécia e em muitos outros países da UE. É aqui que o robô Giraffe, que pode ser controlado remotamente através de um computador normal, pode ser uma ajuda. Desloca-se através de rodas e tem um ecrã de vídeo que funciona como «rostro». Deste modo, os serviços de apoio ao domicílio, por exemplo, podem fazer visitas mais frequentes, sem terem de se deslocar à residência do paciente em todas as ocasiões.

Oito programas regionais

O projeto Robotdalen opera no âmbito do programa da Suécia do centro-leste, um dos oito programas dos Fundos Estruturais regionais para o emprego e a competitividade regionais na Suécia. Todos os oito são geridos por uma autoridade, a Agência Sueca para o Crescimento Económico e Regional, e têm uma função de apoio comum.



O robô Giraffe a ser testado ao domicílio na cidade de Västerås.

O governo sueco decidiu manter a mesma gestão e subdivisão geográfica dos programas dos Fundos Estruturais regionais no próximo período de programação. A gestão provou ser eficaz, com custos administrativos reduzidos, e os beneficiários por todo o país têm uma imagem simples e clara das condições da elegibilidade para o apoio.

As preparações para o período de programação 2014-2020 têm estado em curso desde o início de 2012, tanto a nível nacional como regional. Os programas dos Fundos Estruturais regionais são elaborados numa pareceria ampla, que integra representantes do sector público a nível local e regional, da indústria e do mundo académico. De acordo com uma diretiva do governo, os programas centrar-se-ão na investigação e inovação, na economia verde e no empreendedorismo.

Fortalecimento da economia verde

Na área do programa da Suécia do centro-norte, por exemplo, estão em curso esforços intensivos para elaborar um programa, com Maria Gelin Axelsson na região de Gävleborg como coordenadora deste trabalho. Maria Gelin Axelsson vê algumas mudanças na orientação das prioridades para o próximo período.

«A ênfase centra-se na economia verde», afirma. A estratégia Europa 2020 para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo engloba as áreas temáticas propostas para os Fundos Estruturais. Existe uma ligação clara ao emprego e ao crescimento através do desenvolvimento de uma economia

assente num baixo nível de emissões de carbono, bem como através da inovação, das tecnologias de informação, do empreendedorismo e do investimento nas competências.

Contudo, Maria Gelin Axelsson observa uma falta de ênfase nas infraestruturas de TI e sistemas de transportes, que são prioridades para as áreas de desenvolvimento regional na Suécia do centro-norte.

«Porém, o financiamento poderá ser canalizado através de outras opções de financiamento para além dos Fundos Estruturais», afirma.

Simplificação e coordenação

O governo sueco tomou como uma prioridade facilitar a gestão de projetos no próximo período de programação. Por conseguinte, o mandato da Agência Sueca para o Crescimento Económico e Regional e o Conselho do FSE sueco, que é a autoridade de gestão para o Fundo Social Europeu, inclui a proposta de medidas para a simplificação e a coordenação na execução dos programas.

Autoridade de Gestão

Tillväxtverket – A Agência Sueca para o Crescimento Económico e Regional

▶ SAIBA MAIS
www.tillvaxtverket.se

AGENDA

**21 DE SETEMBRO
DE 2013**

_Toda a Europa

European Cooperation Day

**7 A 10 DE OUTUBRO
DE 2013**

_Bruxelas (BE)

OPEN DAYS 2013

**28 E 29 DE OUTUBRO
DE 2013**

_Bucareste (RO)

2.º Fórum Anual
da Estratégia da UE para
a Região do Danúbio

**8 DE NOVEMBRO
DE 2013**

_Bruxelas (BE)

Regiões como Motores do
Novo Crescimento através
da Especialização
Inteligente

**9 E 10 DE DEZEMBRO
DE 2013**

_Bruxelas (BE)

Conferência «Telling a story»
(Contar uma história)

31 DE MARÇO DE 2014

_Bruxelas (BE)

RegioStars

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Info regio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm

Gostaríamos de saber quais os resultados da política de coesão na sua região, evidenciando os resultados e os benefícios tangíveis para os cidadãos e o seu parecer sobre os preparativos para o próximo período de programação.

As contribuições selecionadas serão publicadas na próxima edição da revista *Panorama*. Envie os seus artigos (máximo de 600-700 palavras) para:

regio-panorama@ec.europa.eu

**DÊ-NOS
A SUA
OPINIÃO**



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Ana-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
Courriel: regio-panorama@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm

